

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**GABRIELA LUIZA SIMÕES DE MEDEIROS**

**RECURSOS NATURAIS, CONFLITOS ARMADOS E HEGEMONIA: A QUESTÃO  
HÍDRICA NO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO (2000-2022)**

**GOIÂNIA**

**2022**

GABRIELA LUIZA SIMÕES DE MEDEIROS

**RECURSOS NATURAIS, CONFLITOS ARMADOS E HEGEMONIA: A QUESTÃO  
HÍDRICA NO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO (2000-2022)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.  
Orientador(a): Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

GOIÂNIA

2022

Medeiros, Gabriela Luiza Simões de. 2022.

Recursos Naturais, Conflitos Armados e Hegemonia: A questão hídrica no conflito israelo-palestino (2000-2022)/ Gabriela Luiza Simões de Medeiros. – Goiânia, 2022.

Total de folhas: 58 f. il.

Orientador: Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2022.

1. recursos naturais. 2. conflito. 3. água. 4. Israel. 5. Palestina. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

GABRIELA LUIZA SIMÕES DE MEDEIROS

RECURSOS NATURAIS, CONFLITOS ARMADOS E HEGEMONIA: A QUESTÃO  
HÍDRICA NO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO (2000-2022)

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado à Escola de Direito, Negócios e  
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de  
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de  
Bacharel(a) em Relações Internacionais.  
Orientador(a): Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado (Orientador – PUC Goiás)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Danilo Alarcon (PUC Goiás)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer (UFG)

## **AGRADECIMENTOS**

Antes de tudo, agradeço a Deus, por ter me dado vida, propósito, sustento e graça. Ao longo de quatro anos, a provisão do Senhor sempre me alcançou e me permitiu estar aqui. Aos meus pais, Alessandra e Gilberto, por tanto esforço investido em mim, me inspirando a fazer o meu melhor. Ao meu noivo, Phellipe, que sempre me incentivou e acreditou em mim muito mais do eu mesma acreditava. À minha melhor amiga, Izis, que há quase 10 anos me apoia e me ajuda a ir além. Aos meus demais amigos e familiares, cada um de vocês foram contribuintes para a realização deste trabalho, obrigada por serem a melhor rede de apoio que alguém poderia ter. Ao meu orientador, Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado, pela paciência durante todo o semestre e por ter me ajudado em cada processo de aprendizado que guiou o desenvolvimento deste trabalho. E aos meus colegas de turma, por todos os momentos de descontração essenciais para os dias mais difíceis.

## RESUMO

A ascensão da questão ambiental como pauta de segurança internacional permitiu a ampliação dos estudos que relacionam dois importantes fatores: recursos naturais e conflitos armados. O foco desses estudos é, de forma geral, compreender de que maneira os recursos naturais atuam no desenvolvimento de conflitos. Apesar dessa relação se estender a outros tipos de recursos, como o petróleo e minerais preciosos, a água é concebida como um dos que mais influenciam o surgimento ou a intensificação de conflitos. Um dos principais exemplos é o caso das águas do rio Jordão, disputadas por Israel, Palestina, Síria e Líbano. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar a evolução dos recursos hídricos na análise dos conflitos armados. Para isso, emprega-se o método qualitativo, baseado na revisão de literatura clássica por meio da análise bibliométrica que trata da relação entre recursos naturais e conflitos armados, e no estudo de caso das guerras entre Israel e Palestina pelos recursos hídricos transfronteiriços do rio Jordão. Com isso, nota-se a possibilidade de a água desempenhar um papel de alvo nas guerras, além de também poder ser uma ferramenta para o desenvolvimento dos conflitos, nas situações de escassez hídrica. Além disso, os recursos hídricos podem evoluir ao ponto de serem utilizados como instrumento de poder, consolidando uma situação de hegemonia hídrica. Por fim, o caso do conflito entre Israel e Palestina demonstra que a questão hídrica evoluiu de um alvo de conquista – principalmente com a ocupação israelense dos territórios na Guerra dos Seis Dias – para uma ferramenta de manutenção do poder hegemônico na região por parte de Israel até os dias atuais.

**Palavras-chave:** recursos naturais; conflito; água; Israel; Palestina.

## ABSTRACT

The rise of the environmental issue as an international security agenda allowed the expansion of studies that relate two important factors: natural resources and armed conflicts. The focus of these studies is, in general, to understand how natural resources act in the development of conflicts. Although this relationship extends to other types of resources, such as oil and precious minerals, water is conceived as one of those that most influence the emergence or intensification of conflicts. One of the main examples is the case of the waters of the Jordan River, disputed by Israel, Palestine, Syria and Lebanon. Therefore, the objective of this work is to analyze the evolution of water resources in the analysis of armed conflicts. For this, the qualitative method is used, based on the classic literature review through bibliometric analysis that deals with the relationship between natural resources and armed conflicts, and on the case study of the wars between Israel and Palestine over the transboundary water resources of the Jordan River. With this, it is possible to perceive the possibility of water playing a target role in wars, in addition to being a tool for the development of conflicts, in situations of water scarcity. In addition, water resources can evolve to the point of being used as an instrument of power, consolidating a situation of water hegemony. Finally, the case of the conflict between Israel and Palestine demonstrates that the water issue has evolved from a target of conquest - mainly with the Israeli occupation of the territories in the Six Day War - to a tool for maintaining hegemonic power in the region by Israel. until nowadays.

**Keywords:** natural resources; conflict; water; Israel; Palestine.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Captação de recursos.....	22
Figura 2 – Marginalização ecológica.....	23
Figura 3 – Controle consolidado.....	33
Figura 4 – Plano de repartição da ONU, 1947.....	38
Figura 5 – Área ocupada por Israel após a Guerra dos Seis Dias.....	41
Figura 6 – A água no conflito árabe-israelense (1948-1998).....	45
Figura 7 – Bacia do rio Jordão.....	46
Figura 8 – Conflitos entre Israel e Palestina envolvendo recursos hídricos (2020 a 2022) .....	49



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Disponibilidade da água per capita em 1990 e a projeção para 2025 (metros cúbicos per capita).....	28
Tabela 2 – Disponibilidade de água projetada para 2025 e levantada em 2017 (metros cúbicos/per capita/ano).....	29

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALA – Exército de Libertação Árabe

ANP – Autoridade Nacional Palestina

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FDI – Forças de Defesa de Israel

HIHK – Instituto de Heidelberg para Pesquisa de Conflitos Internacionais

OLP – Organização para Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	11
<b>1 A LITERATURA DAS GUERRAS POR RECURSOS E A QUESTÃO HÍDRICA.....</b>	14
1.1 A RELAÇÃO ENTRE RECURSOS NATURAIS E CONFLITOS ARMADOS.....	14
1.2 CONFLITOS POR RECURSOS HÍDRICOS .....	25
1.3 O ESTABELECIMENTO DA HEGEMONIA HÍDRICA.....	30
<b>2 AS DISPUTAS HISTÓRICAS NO RIO JORDÃO E O CONFLITO ISRAELO-PALESTINO NOS DIAS ATUAIS.....</b>	36
2.1 O HISTÓRICO DO CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE.....	36
2.2 A ÁGUA NO CONFLITO: O CASO DO RIO JORDÃO.....	43
2.3 ANÁLISE DOS CONFLITOS HÍDRICOS ENTRE ISRAEL E PALESTINA (2000-2022) .....	48
<b>CONCLUSÃO.....</b>	53
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	55

## INTRODUÇÃO

Conforme a vida no mundo vem sendo afetada pelas mudanças climáticas e ambientais que impactam diretamente na disponibilidade dos recursos vitais, como a água, novas pautas passam a surgir a agenda internacional. Como resposta ao financiamento dos gastos de defesa desde 1990, diversos noticiários e relatórios de organizações internacionais vêm chamando a atenção para a grande possibilidade das guerras e conflitos do futuro se desenvolverem essencialmente em torno da água doce.

Além de ser uma das regiões que mais sofrem com problemáticas ambientais, o Oriente Médio é uma região assolada por crises e conflitos que, desde o surgimento das civilizações, produzem um alto nível de instabilidade política nos Estados que a integram. Dentre eles, Israel, cuja história está intrinsicamente ligada à guerra. A consolidação do estado judeu ocorreu perante enfrentamentos contínuos e violentos com seus adversários árabes: Palestina, Egito, Jordânia, Síria e Líbano. A rivalidade árabe-israelense foi concebida por diversos fatores, mas entre eles, há de se destacar o que dá sentido à própria palavra: “‘rivalidade’ vem do latim *rivalis*, ou ‘um que usa o mesmo rio que outro’. Os ribeirinhos - países ou províncias que fazem fronteira com o mesmo rio - são frequentemente rivais pela água que compartilham<sup>1</sup>” (KRAMER, p. 687, tradução nossa).

Israel e Palestina, além de compartilharem o rio Jordão entre si, o fazem com mais quatro estados: Egito, Jordânia, Síria e Líbano, constituindo um dos maiores exemplos no estudo da competição por recursos hídricos. Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é verificar de que maneira os recursos hídricos evoluem na análise do conflito. Especificamente, busca-se analisar as diferentes abordagens da literatura dos anos 1980 que trata de conflitos por recursos; identificar os principais elementos que norteiam os conflitos correlacionados à água, como a segurança hídrica e a hegemonia hídrica; e realizar um estudo de caso dos conflitos entre Israel e a Palestina no período atual que compreende 2000 a 2022. Com isso, tem-se como argumento central do trabalho a concepção de que a água pode se estabelecer como uma grande ferramenta ou alvo nos conflitos interestatais, em virtude de seu caráter vital e da sua percepção como um assunto de segurança nacional, configurando um meio de manutenção do poder israelense.

Para isso, a metodologia qualitativa, pautada na revisão da literatura por meio da análise bibliométrica, se baseia nas obras de autores importantes para a composição da literatura

---

<sup>1</sup> Do original: “‘rivalry’ comes from the Latin *rivalis*, or ‘one using the same river as another’. Riparians – countries or provinces bordering the same river – are often rivals for the water they share”.

clássica acerca da relação entre recursos naturais e conflito, como Abiodun Alao (2007), Philippe Le Billon (2004), Richard M. Auty (2004), Michael Klare (2002) e Thomas Homer-Dixon (1994). Além destes, outras fontes são consideradas para contextualização e complementação da temática, como Leonardo U. D. Evedove (2014), Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde (1998), Stormy-Annika Mildner, Wiebke Wodni e Gitta Lauster (2011), Marcelle Macedo (2016) e Alexandre Wilner (2006/2007). Para o enfoque dos conflitos por recursos hídricos, dos elementos de segurança hídrica e hidro hegemonia, dispõem-se da contribuição de Peter H. Gleick (1993), Christina Cook e Karen Bakker (2011), Mark Zeitoun e Jeroen Warner (2005) e Martin Griffiths e Terry O’Callaghan (2002).

Outro elemento constituinte da metodologia adotada é o estudo de caso. Segundo John Gerring (2004, p. 342, tradução nossa), um estudo de caso é “um estudo intensivo de uma única unidade com o propósito de compreender uma classe maior de unidades (semelhantes)”<sup>2</sup>. Sendo assim, o estudo de caso foca na investigação do conflito pela água entre Israel e Palestina para compreender os elementos que compõem a relação entre recursos hídricos e conflito. Para o estudo de caso foram consultadas as obras de Avi Shlaim (2014), Shahram Akbarzadeh e Kylie Baxter (2018), Antony Best et al. (2015), Charles Smith (2016), Mehran Kamrava (2005), Javier Bórdon (2019), Mohammed T. Obidallah (2008), David B. Brooks, Julie Trottier e Giulia Giordano (2020) e Annika Krame (2011). Além disso, são utilizadas as fontes *World Bank* (2022), Instituto de Heidelberg para Pesquisa de Conflitos Internacionais (HIIK, na sigla em inglês, 2022) e *Water Conflict Chronology* (2022) para obtenção de dados.

Este trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro, realiza-se a revisão da bibliografia voltada à relação entre recursos naturais e conflito. Nesta revisão, pretende-se: a) apresentar o contexto que permitiu a evolução da temática dos recursos como assunto de segurança; b) investigar as duas das vertentes existentes na literatura clássica – uma considera o fator da abundância de recursos no conflito e a outra considera o fator da escassez; c) estreitar a análise geral de recursos naturais para o âmbito específico dos recursos hídricos no que tange ao papel que a água exerce nos conflitos; d) compreender os fatores da vulnerabilidade hídrica e da segurança hídrica; e e) observar a evolução da situação dos conflitos pela água que culminam na chamada hegemonia hídrica.

No segundo, parte-se para o estudo de caso do conflito atual entre Israel e Palestina, com uma contextualização inicial do conflito árabe-israelense e das disputas entre países transfronteiriços na bacia do rio Jordão. O estudo se desenvolve com o propósito de: a) entender

---

<sup>2</sup> Do original: “an intensive study of a single unit for the purpose of understanding a larger class of (similar) units”.

o histórico da relação conflituosa entre os países envolvidos na competição que data desde a consolidação do estado de Israel, em 1948; b) destacar o envolvimento da água nos principais conflitos da região; c) evidenciar o caso de Israel e Palestina para compreender os aspectos de um conflito por recursos hídricos compartilhados e como ele se desenvolveu até os dias atuais; e d) aplicar as ideias e conceitos trabalhados no primeiro capítulo ao estudo de caso para verificar 1) a vertente a qual se insere o conflito em torno do rio Jordão, 2) a categoria do discurso utilizada para a investigação do caso, 3) as características do conflito que conferem à água uma posição de ferramenta estratégica, e 4) a maneira em que se constata uma situação de hegemonia hídrica, tendo Israel como ator hegemônico.

## **1 A LITERATURA DAS GUERRAS POR RECURSOS E A QUESTÃO HÍDRICA**

A importância dos recursos naturais para a formação e existência dos agrupamentos sociais e para a manutenção da vida é uma característica inerente à história. Da mesma maneira, desde os primórdios da humanidade até os dias atuais, os conflitos têm a capacidade de moldar e transformar os parâmetros nacionais e internacionais. A correlação entre os conflitos e os recursos naturais é, portanto, um aspecto possível de ser evidenciado em diversos momentos que marcaram a história mundial. Sendo assim, o presente capítulo busca estabelecer a revisão da literatura que trata deste vínculo a partir de três seções. A primeira seção trata do debate acerca da expansão da agenda de segurança com as problemáticas ambientais e do surgimento dos estudos sobre conflitos armados e recursos naturais, que se dividem em duas linhas de pensamento principais: a escassez ou a abundância de recursos como o fundamento da relação. A segunda seção estabelece o afinilamento da relação apresentada na primeira seção para a perspectiva dos conflitos por recursos hídricos e do assentamento da ideia de segurança hídrica. Por fim, a terceira seção aborda a consolidação do conceito de hegemonia hídrica pertinente aos conflitos por água no âmbito interestatal, de modo a analisar o estabelecimento do controle por parte dos Estados como uma ferramenta de manutenção do poder nestes conflitos.

### **1.1 A RELAÇÃO ENTRE RECURSOS NATURAIS E CONFLITOS ARMADOS**

O debate crescente acerca das problemáticas ambientais e climáticas tem colocado cada vez mais em pauta a preocupação para com os recursos naturais. Apesar do conhecimento existente a respeito deste conceito presente no senso comum, utiliza-se da seguinte definição para fins de pesquisa e compreensão: “recursos naturais são materiais presentes no plano terrestre que são utilizados pelo gênero humano para a produção de sua vida, desde a sobrevivência até a realização de bem-estar e conforto” (EVEDOVE, 2014, p. 13). Além disso, Leonardo U. D. Evedove (2014) destaca que estes recursos podem ser enquadrados em duas diferentes categorias: renováveis (água, florestas, terra etc.) e não renováveis (minerais, metais, diamantes, petróleo etc.).

Para além da compreensão comum sobre recursos no que tange ao aspecto substancialmente climático, a atenção dada pelos Estados aos recursos naturais como questão de segurança nacional também é concebida como um assunto em constante ascensão na agenda global. Michael Klare (2002) concebe os recursos como ativos tangíveis sujeitos a riscos por turbulências políticas e conflitos no exterior e que, portanto, necessitam de proteção física.

Nesse sentido, o próprio meio ambiente passou a ser incluído nos temas de segurança, contestando a agenda clássica que compreende a segurança essencialmente em torno da abordagem militar. Esse alargamento da agenda de segurança é demonstrado no estudo proposto por Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde (1998) que examina as diferentes dinâmicas de segurança divididas em cinco setores: militar, político, econômico, social e ambiental. A chamada segurança ambiental, por sua vez, se caracteriza em duas agendas: científica e política, sendo a primeira baseada principalmente nas ciências naturais e em atividades não governamentais, enquanto a segunda é composta, essencialmente, pelo aspecto governamental e intergovernamental, por meio das políticas e dos processos decisórios públicos no que se refere às preocupações ambientais (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998). As duas agendas se relacionam da seguinte maneira: o conhecimento levantado acerca das questões de segurança ambiental pela agenda científica é reconhecido ou não pelos formuladores de política, que podem ou não adotar medidas para lidar com determinadas questões, resultando em problemáticas ou benefícios para os regimes nacionais e internacionais.

Sendo assim, apesar da obra de Buzan, Waever e Wilde (1998) não ter como finalidade principal realizar a investigação do conflito – e sim da ampliação dos estudos de segurança –, destaca-se a maneira como ele é abordado. Uma grande variedade de questões compõe o setor da segurança ambiental exposto pelos autores, entre elas estão algumas mais recorrentes, como o desordenamento dos ecossistemas, problemas de energia, população, alimentação e economia, mas também abrange o conflito civil, que, por sua vez, “inclui danos ambientais relacionados à guerra, por um lado, e violência relacionada à degradação ambiental, por outro<sup>3</sup>” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 75, tradução nossa). Uma vez que os recursos naturais se enquadram em diversas das questões que integram o assunto da segurança ambiental, há de se evidenciar o modo com que se estabelece a relação entre recursos naturais e conflito através dos principais estudos que constituíram o arcabouço teórico envolto nessa temática.

Para Abiodun Alao (2007), a maior parte da literatura científica sobre os recursos naturais – como são interpretados, que papel assumem, a sua capacidade de se relacionar no conflito, entre outros – se desenvolve em torno da gestão desses recursos, isto é, das leis, estruturas e práticas adotadas pelos que os gerenciam, principalmente quando se trata da sua distribuição, e não no aspecto físico de sua existência. Em contrapartida, Philippe Le Billon

---

<sup>3</sup> Do original: “includes war-related environmental damage on the one hand and violence related to environmental degradation on the other”.



(2004) retrata que as condições geográficas e as chamadas “territorializações<sup>4</sup>”, assim como as condições históricas e sociais, são fundamentais para moldar os padrões dos conflitos e para definir os recursos dentro dos relacionamentos dialéticos com instituições e práticas.

O histórico por trás da geopolítica dos recursos naturais, como expõe Le Billon (2004), tem seus primórdios na própria expansão global do poder europeu e no mercantilismo do século XV, cuja geopolítica de troca, guerra e poder compreendia os recursos do exterior e a navegação marítima como essenciais, a exemplo da exploração e busca pela acumulação de ouro. O século XVII, da mesma forma, evidenciou a preocupação das principais potências europeias com o fornecimento de madeira naval diante da intensificação do poderio marítimo buscado pelos Estados. Posteriormente, no século XIX, o controle da matéria-prima por parte dos países ocidentais foi acentuado em virtude de uma crescente industrialização e dependência de importações. No século seguinte, essa pauta foi notabilizada principalmente devido à Guerra Fria, que expôs o aspecto da vulnerabilidade na crescente relação de dependência do fornecimento de recursos. Passando a abranger a concepção de ameaça à instabilidade política, o tema continuou a se desenvolver na década de 70 em razão do crescimento populacional, da degradação ambiental e das desigualdades sociais. Conforme se aumentava a atenção direcionada aos mecanismos internos das guerras no início dos anos 90, surgia a ideia de que uma nova e violenta disputa por recursos, em nível regional e internacional, estaria se tornando uma característica específica da segurança global (LE BILLON, 2004).

Cabe ressaltar a metodologia do Instituto de Heidelberg para Pesquisa de Conflitos Internacionais (HIIK), a qual se baseia no conceito de conflito político e em seus elementos<sup>5</sup> para analisar e identificar a intensidade dos conflitos internacionais. Resumidamente, os estudos do instituto consideram cinco níveis de intensidade possíveis para um conflito: 1) disputa, 2) crise não violenta, 3) crise violenta, 4) guerra limitada e 5) guerra, sendo os índices 1 e 2 caracterizados como conflitos não violentos, enquanto os de 3 a 5 são conflitos violentos. Logo, os conflitos de índice 1 e 2 se enquadram em uma classe de pouca intensidade, os de número 3, média intensidade, e os de 4 e 5, de alta intensidade. Entre a categorização dos elementos que integram um conflito político, destaca-se a presença dos recursos como um item de conflito,

---

<sup>4</sup> O conceito de territorialização está associado à criação de sistemas de controle de recursos, incluindo jurisdições, direitos e autoridades, pertinentes ao território (RASMUSSEN; LUND, 2018).

<sup>5</sup> Um conflito político é compreendido como “um desacordo entre duas ou mais partes decisivas sobre valores nacionais que ameaçam afetar ou afetam o funcionamento normal do Estado ou as ordens regional e global” (HIIK, 2013 apud EVEDOVE, 2014, p. 16). Os elementos que compõem o conflito político são: ator, isto é, cada entidade dotada de capacidade intelectual, visão e comunicação que está presente no conflito; medidas, representadas por qualquer ação e ato comunicativo existente entre os atores; e itens, considerados os objetos ou questões por trás das medidas (HIIK, 2022).

que é buscado ou reivindicado por atores diretos, por meio de medidas constitutivas de conflito, caracterizando a propriedade de recursos naturais ou matérias-primas, assim como o lucro que eles podem gerar (HIIK, 2022).

De maneira geral, a literatura clássica dos anos 1980 relacionada com a competição por recursos naturais pode ser dividida em duas grandes vertentes: a primeira delas diz respeito à abundância de recursos como ferramenta para expansão de poder, ocasionando competição e conflito (LE BILLON, 2004; AUTY, 2004); e a segunda trata da escassez de recursos como responsável por provocar ou potencializar conflitos e guerras (HOMER-DIXON, 1994; KLARE, 2002).

Um dos principais autores da literatura que destaca a relação entre a abundância de recursos e a propensão ao conflito é Philippe Le Billon (2004). Ele parte do pressuposto de que os recursos, quando bem administrados, podem significar um importante dispositivo para o desenvolvimento, mas os recursos também podem ser uma fonte de vulnerabilidades, influenciando negativamente a política e a economia doméstica dos países, bem como as suas relações externas. Segundo o autor, o final da Segunda Guerra Mundial e a descolonização marcaram o surgimento de uma esperança na promessa de que os setores de extração se revelariam um fator de grande ajuda para o desenvolvimento econômico e político dos países. Essa esperança detinha respaldo no desenvolvimento bem-sucedido de países com riqueza de recursos naturais, como os Estados Unidos, Canadá e Austrália. No entanto, os contextos nacionais e internacionais da década de 1970, a citar os choques do petróleo, demonstraram que “a riqueza de recursos parece ter deixado um grande número de pessoas nos países em desenvolvimento pior do que o normal<sup>6</sup>” (LE BILLON, 2004, p. 5, tradução nossa). Dessa forma, o autor dialoga sobre a maneira em que o acesso e a exploração de recursos passaram de um fator meramente estratégico para uma preocupação de cunho econômico e de política interna e externa.

Em vista da importância de suas condições geográficas e de seu caráter exportável no âmbito internacional, os recursos naturais produzem mais interesses territoriais do que outros setores econômicos, originando participações no controle de redes de mercadorias, rotas comerciais e mercados (LE BILLON, 2004). Este fator resulta na formulação da ideia de que o controle dos recursos se desempenha como um elo fundamental entre a economia e a política. Este elo é percebido principalmente em muitos países pobres e afetados por conflitos que, como

---

<sup>6</sup> Do original: “[...] resource wealth appears to have left large numbers of people in developing countries worse off than otherwise”.

destaca Michael P. Moore (2001 apud LE BILLON, 2004), tendem a viver uma grave situação de renda não auferida, sobretudo, com recursos naturais minerais. Com isso, o estudo se estende à concepção do vínculo entre a abundância dos recursos e os conflitos:

Assim, uma economia rica em recursos facilita a formação e a viabilidade de um governo politicamente subdesenvolvido; embora a riqueza de recursos não seja necessária nem suficiente. Permanecendo perigosamente no centro das instituições políticas enquanto são corroídas pelo esgotamento das reservas, corrupção, má gestão ou preços em queda, as rendas de recursos acabam por levar à instabilidade política e conflitos<sup>7</sup> (LE BILLON, 2004, p. 6, tradução nossa).

Essas instabilidades políticas e conflitos violentos em países ricos em recursos poderiam ser evitados, de acordo com Stormy-Annika Mildner, Wiebke Wodni e Gitta Lauster (2011), por meio de ações governamentais referentes à supervisão democrática, transparência das receitas, controle da corrupção, promoção da estabilidade para um ambiente de investimentos e estabelecimento de medidas de controle internacional.

A partir do reconhecimento dos recursos naturais como item relevante na abordagem do conflito em si e em seu desdobramento, Le Billon (2004) desenvolve a categorização da capacidade e vulnerabilidade de saque a um recurso com base nos aspectos de localização geográfica, concentração e modo de exploração: na localização, os recursos próximos à capital detêm menores chances de sofrer com o saque do que um recurso que se encontra próximo a uma fronteira habitada por um grupo que carece de representação política, haja vista que se trata de uma distância do centro de poder, tanto em termos geográficos quanto políticos. Há também maior possibilidade de serem saqueados os recursos que se localizarem em um território superior à capacidade de defesa local. Por exemplo, a localização de ouro e outros minerais valiosos na República Democrática do Congo se estabelece com grande distância da capital Kinshasa e com grande proximidade de mercados de contrabando do Burundi, um país vizinho, favorecendo a exploração e o tráfico ilegal de minerais (LE BILLON, 2004).

Com relação à concentração e ao modo de exploração, Le Billon (2004) formula dois conceitos que representam os diferentes modos dessa categorização: os chamados recursos pontuais, que correspondem aos recursos concentrados em pequenas áreas e que são, majoritariamente, explorados por indústrias extrativas de capital intensivo – como exemplo, tem-se a mineração ou extração de petróleo, normalmente empregando pouca força de trabalho; e os recursos difusos, que se encontram espalhados por vastas áreas e dispõem da exploração

---

<sup>7</sup> Do original: “A resource-rich economy thus facilitates the formation and viability of politically underdeveloped rule; although resource wealth may neither be necessary nor sufficient. Dangerously remaining at the core of the political institutions while being eroded by reserve depletion, corruption, mismanagement of falling prices, resource rents ultimately risk leading to political instability and conflicts”.

de indústrias menos intensivas em capital. Neste grupo se destacam as gemas e minerais aluviais, madeira, produtos agrícolas e pesca. Portanto, a análise do autor acerca da concentração constata que “o risco de saque é maior quando os recursos estão localizados na periferia do controle doméstico e nas proximidades de mercados estrangeiros” (LE BILLON, 2004, p. 8), evidenciando a importância governamental para a relação entre recurso e conflito. A capacidade estatal, portanto, é considerada para a literatura da abundância no que tange às suas condições financeiras, administrativas e políticas: um Estado com capacidades enfraquecidas está mais propenso ao conflito, uma vez que os Estados de fortes capacidades procurarão e conseguirão manter sua posição de poder (MILDNER; WODNI; LAUSTER, 2011).

De forma a ilustrar a categorização proposta, Le Billon (2004) expõe alguns casos envolvendo o diamante, sendo este um recurso altamente valioso e considerado de fácil extração por meios artesanais. Em Angola, o movimento rebelde UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) arrecadou centenas de milhões de dólares em receitas líquidas com a exploração de diamantes durante a década de 90. Neste caso, para que houvesse controle dos diamantes por parte do governo angolano, era necessário deter o monopólio de acesso a regiões remotas. Em termos de dispersão, os diamantes se encontravam em vários leitos de rios ao longo de um grande território, possibilitando as atividades de guerrilha e se tornando acessíveis a várias empresas e grupos pequenos de garimpeiros, o que os caracterizariam como recursos difusos. Todavia, o modo de produção e o intenso controle exercido pela UNITA nas regiões, de acordo com Le Billon (2004), também permite o enquadramento dos diamantes na categoria de recursos pontuais em vista da concentração dos lucros. Já na Namíbia, muitos dos diamantes estão localizados em praias amplas e, neste caso, são compreendidos como recursos difusos fáceis de serem saqueados, demandando a aplicação de regras de acesso rígidas por parte das autoridades para evitar a exploração indevida.

Outro recurso de característica saqueável, assim como o diamante, é o coltan, mineral reconhecido por ser abundante na República Democrática do Congo, cujo potencial é fortemente associado à produção de aparelhos eletrônicos (MACEDO, 2016). Marcelle Macedo (2016) ressalta que, em vista da região onde ele é encontrado ser marcada por conflitos de grandes proporções pela posse de recursos como este, o coltan ficou popularmente conhecido como “minério de sangue” ou “tântalo de sangue”. Porém, Le Billon (2004) destaca que nem todos os minerais são saqueáveis como o coltan e os diamantes. O cobre e o petróleo, por exemplo, requerem maiores níveis de infraestrutura e necessitam de uma aprovação mínima das autoridades para o seu comércio internacional. O que não significa, segundo Le Billon (2004),

que estes outros recursos não sofrem de saque, uma vez que a dominação altamente centralizada por parte da elite corrobora em saques do Estado em grande escala.

Conforme a análise de Richard M. Auty (2004), *Le Billon* evidencia a importância da localização relativa, utilizando a proximidade do recurso natural com o centro geográfico de poder político de forma a identificar a propensão ao conflito e o tipo de conflito. Quando o recurso se encontra próximo ao centro de poder, a propensão é que a violência se desenvolva no sentido de um golpe político. Quando o recurso está afastado do centro de poder, o que se espera é que a violência tome forma de secessão política ou guerra.

Portanto, a riqueza de recursos pode ser entendida como um fator prolongador do conflito ao enfraquecer a possibilidade de um cessar-fogo ou o estabelecimento de um acordo de paz, uma vez que os comandantes locais podem ter prejuízos financeiros com os recursos sob seu comando (LE BILLON, 2004). Em suma, o autor constata a necessidade de ser direcionada maior atenção à responsabilidade política e econômica no que tange ao gerenciamento de recursos em vista da vulnerabilidade das populações.

Auty (2004) também se insere na literatura que trata da abundância dos recursos como ferramenta propulsora de conflito, argumentando que a busca de políticas que incentivavam a intervenção estatal em prol de uma industrialização forçada e da redução da dependência dos produtos primários, ocorrida durante as décadas de 1950 e 1960, resultou no enfraquecimento da economia. Com isso, detectou-se uma maior distorção econômica e corrupção política nos países ricos em recursos do que nos países pobres em recursos. Auty (2004) cita o exemplo da Angola após 1975 – quando a renda proveniente da riqueza petrolífera perpetuou a ação de um estado político predatório que evidenciou fragilidade econômica e social do país. De acordo com Paul Collier (2000 apud AUTY, 2004), o colapso dessas economias ricas em recurso ocasionou uma reforma prolongada, corroborando com um alto índice de crescimento populacional, baixas qualificações, empregos inadequados e com a motivação para se extrair a renda dos recursos naturais de maneira forçada.

Klare (2002) desenvolveu o estudo acerca da guerra de recursos a partir da concepção de que os conflitos em zonas disputadas se tornariam cada vez mais intensos. Sendo assim, definiu guerra de recursos como os “conflitos que giram, a um nível significativo, em torno da busca ou posse de materiais críticos<sup>8</sup>” (KLARE, 2002, p. 31, tradução nossa). O autor elucida que o risco desses conflitos, além de pautado pela diminuição dos materiais vitais, se torna

---

<sup>8</sup> Do original: “[...] conflicts that resolve, to a significant degree, over the pursuit or possession of critical materials”.

ainda mais crítico em vista de um atributo fundamental da equação global de recursos: muitas das fontes desses importantes recursos são compartilhadas por dois ou mais estados, ficam em zonas fronteiriças contestadas ou em zonas *offshore*<sup>9</sup>. Klare (2002) ressalta que à medida que os suprimentos nacionais se esgotam, os governos procuram expandir seu acesso a essas fontes ou depósitos que se encontram nesses locais, suscitando o aumento do risco de conflitos entre estados vizinhos. “Quando esse tipo de competição ocorre em um cenário de hostilidade preexistente, como é o caso em muitas partes da África e do Oriente Médio, as disputas sobre suprimentos contestados de materiais vitais podem ser explosivas<sup>10</sup>” (KLARE, 2002, p. 28, tradução nossa), a exemplo também da situação da bacia do rio Jordão a ser analisada no capítulo seguinte. Com isso, destaca-se o aspecto interestatal dos conflitos por recursos, embora diversos autores tratem da análise em nível intraestatal.

Um dos principais grupos presentes na consolidação do trabalho empírico sobre a agenda de segurança e meio ambiente foi o “projeto sobre o meio ambiente, população e segurança” da Universidade de Toronto, liderado por Thomas Homer-Dixon (WILNER, 2006/2007). Homer-Dixon (1994), em sua pesquisa intitulada *Environmental Scarcities and Violent Conflict*, propõe dois questionamentos principais: a escassez ambiental ocasiona conflitos violentos? Se sim, como isso acontece? O estudo foi realizado tendo como base seis tipos de mudanças ambientais que se relacionaram à escassez: mudanças climáticas causadas pelo efeito estufa; destruição do ozônio estratosférico; perda e degradação de boas terras agrícolas; degradação e desmatamento das florestas; esgotamento e poluição das fontes de água doce; e esgotamento dos recursos pesqueiros. Além das mudanças ambientais, têm-se os aspectos do crescimento populacional, o qual reduz a disponibilidade de recursos per capita, e da desigualdade social na distribuição de recursos, que concentra essa disponibilidade na mão de poucos e sujeita muitos à carência, como as principais fontes da escassez. A partir dessas problemáticas, o trabalho desenvolveu três hipóteses:

Primeiro, sugerimos que a diminuição da oferta de recursos ambientais fisicamente controláveis, como água potável e boas terras agrícolas, provocaria conflitos interestatais de "escassez simples" ou guerras por recursos. Em segundo lugar, levantamos a hipótese de que grandes movimentos populacionais causados por estresse ambiental induziriam conflitos de "identidade de grupo", especialmente confrontos étnicos. E terceiro, sugerimos que a grave escassez ambiental aumentaria simultaneamente a privação econômica e perturbaria as principais instituições

---

<sup>9</sup> Uma zona *offshore*, também chamada de *Exclusive Economic Zone (EEZ)*, se refere a um território sobre o qual um Estado soberano detém jurisdição sobre os recursos nele localizados (HANNESSON, 2013).

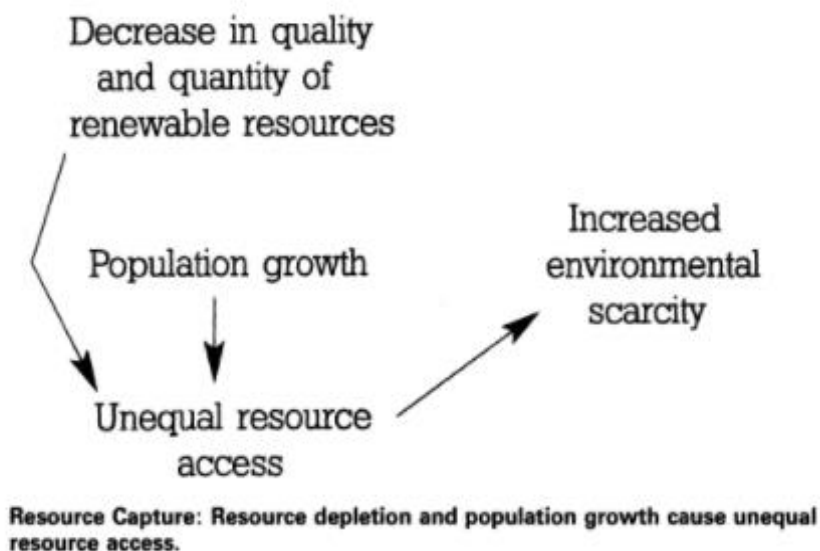
<sup>10</sup> Do original: “[...] when this sort of competition occurs against a backdrop of preexisting hostility, as is the case in many parts of Africa and the Middle East, disputes over contested supplies of vital materials could prove explosive”.

sociais, o que, por sua vez, causaria conflitos de "privação", como conflitos civis e insurgências<sup>11</sup> (HOMER-DIXON, 1994, p. 6-7, tradução nossa).

Sendo assim, o próprio conceito de escassez ambiental de Homer-Dixon (1994) abrange tanto as causas sociais – o crescimento da população e a má distribuição dos recursos – quanto os estresses ambientais e mudanças climáticas. Alexandre Wilner (2006/2007) descreve que essas hipóteses desenvolvidas pelo grupo de Toronto identificam outros aspectos a elas indiretamente associados: em geral, a escassez de recursos renováveis provoca instabilidade e conflito, porém, isso ocorre de uma forma complexa e obscura; essa escassez é resultado de um conjunto de fatores como o esgotamento dos recursos, aumento do consumo e distribuição desigual; e existe a prática de captação de recursos por parte de grupos poderosos nos períodos de escassez, forçando a migração de grupos marginais.

Para o autor, há duas formas de interação entre essas fontes da escassez ambiental que são demonstradas através de dois conceitos elaborados: captação de recursos e marginalização ecológica. O primeiro conceito, como demonstrado na Figura 1, avalia que o esgotamento de recursos e o crescimento populacional causam acesso desigual aos recursos, ao passo que, no segundo, o acesso desigual aos recursos e o crescimento populacional causam degradação e esgotamento dos recursos, conforme a Figura 2 (HOMER- DIXON, 1994).

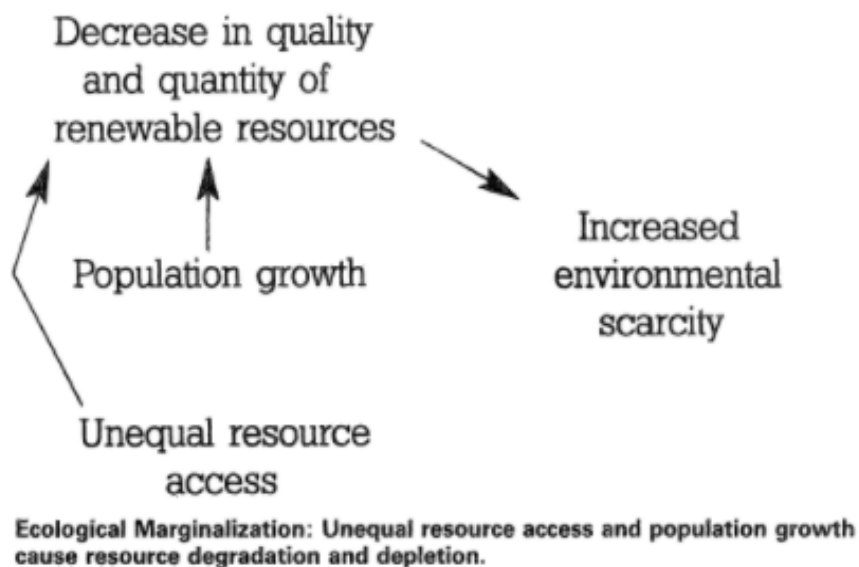
**Figura 1.** Captação de recursos



Fonte: Homer-Dixon (1994, p. 10).

<sup>11</sup> Do original: "First, we suggested that decreasing supplies of physically controllable environmental resources, such as clean water and good agricultural land, would provoke interstate 'simple-scarcity' conflicts or resources wars. Second, we hypothesized that large population movements caused by environmental stress would induce 'group-identity' conflicts, especially ethnic clashes. And third, we suggested that severe environmental scarcity would simultaneously increase economic deprivation and disrupt key social institutions, which in turn would cause 'deprivation' conflicts such as civil strife and insurgency".

**Figura 2.** Marginalização ecológica



Fonte: Homer-Dixon (1994, p. 11).

Nos dois casos nota-se que as diferentes interações impactam diretamente no aumento da escassez ambiental e, conseqüentemente, no surgimento do conflito. Para ilustrar de forma concreta a captação de recursos, Homer-Dixon (1994) expõe a ocasião do vale do Rio Senegal de 1989, região que estabelece a fronteira entre o Senegal e a Mauritânia no oeste da África. Em 1982, os dois países foram incluídos na lista da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) que definia os países em estado crítico com relação às capacidades das terras agrícolas diante do crescimento e da demanda populacional, haja vista a crônica escassez de alimentos e a grave seca que vinha assolando a região. Diante disso, os governos buscaram financiamento internacional para a construção das barragens de Manantali e Diama, com o objetivo de regular o fluxo do rio para a produção de energia hidrelétrica, expandir a agricultura irrigada, entre outros. Contudo, a solução encontrada pelos governos acarretou o aumento excessivo dos valores das terras agrícolas ao longo do rio, ocasionando na apropriação da elite mauritana das terras, ao mesmo tempo em que esta definia, por lei, a revogação dos direitos dos africanos negros de continuar com as atividades de cultivo, pastoreio e pesca no local. A situação se agravou até o surgimento do episódio de 1989, quando mauritanos foram responsáveis pela morte de fazendeiros senegaleses na bacia do Rio Senegal, produzindo uma onda de violência étnica entre os dois países.

Portanto, como no modelo de captação de recursos, o caso citado abrange a interação entre duas das fontes de escassez ambiental: a degradação dos recursos naturais e as pressões populacionais precipitaram os déficits agrícolas, elevando o valor do recurso e, conseqüentemente, atraindo a ação de uma elite poderosa que mudou os direitos de propriedade



e distribuição desses recursos em seu favor, gerando um aumento drástico na escassez para a minoria étnica, além de sua expulsão e violência (HOMER-DIXON, 1994).

Na marginalização ecológica, por sua vez, tem-se o exemplo das Filipinas, onde a distribuição demasiadamente injusta das terras agrícolas por parte das políticas coloniais americanas e espanholas, juntamente com a alta produção de grãos nas planícies que, desde a Segunda Guerra Mundial, era utilizada para consumo doméstico e pagamento de dívida externa, ocasionou o aumento da demanda por mão de obra agrícola nas grandes fazendas. Porém, não foi suficiente para lidar com a taxa de crescimento populacional de 2,5 a 3,0% ao ano. O excesso de mão de obra, por sua vez, provocou uma intensa migração de trabalhadores agrícolas, pobres e camponeses para cidades já sobrecarregadas, como Manila, além da migração de outros povos para áreas mais ecologicamente vulneráveis, como em encostas íngremes. O ocorrido acarretou uma exploração e degradação ambiental extrema por parte dos migrantes que não detinham conhecimento ou recurso financeiro necessário para proteger fragilizados ecossistemas locais, desencadeando um ciclo de queda na produção de alimentos e degradação das terras férteis, fazendo com que mesmo as terras marginalmente férteis fossem difíceis de serem encontradas na região (HOMER-DIXON, 1994).

Logo, o exemplo apresentado por Homer-Dixon (1994) de uma situação de marginalização ecológica expôs a interação dos fatores de escassez à medida que as desigualdades no acesso às planícies agrícolas, juntamente com o crescimento populacional, geraram um fluxo migratório de indivíduos para terras vulneráveis e facilmente degradadas, contribuindo com dificuldades econômicas que estimulam a insurgência e a rebelião. Em suma, o que se observa das conclusões encontradas por Homer-Dixon (1994) é que a escassez ambiental não somente causa conflitos violentos, mas também que estes conflitos tendem a ser difusos, persistentes e subnacionais.

Apesar das divergências nas duas linhas de pensamento citadas no que tange à relação entre recursos e conflito, destaca-se um ponto em comum na análise dos dois autores – Homer-Dixon (1994) e Le Billon (2004) – quando demonstrados os efeitos dessa relação. No estudo sobre a escassez, ressalta-se que “países que enfrentam conflitos internos crônicos devido ao estresse ambiental provavelmente irão se fragmentar ou se tornarão mais autoritários<sup>12</sup>” (HOMER-DIXON, 1994, p. 40, tradução nossa), ao mesmo tempo em que, na análise da abundância, se destaca a ideia de que “países dependentes de recursos tendem a ter indicadores

---

<sup>12</sup> Do original: “Countries experiencing chronic internal conflict because of environmental stress will probably either fragment or become more authoritarian”.

sociais mais baixos e seus estados tendem a ser mais corruptos, ineficazes e autoritários [...]”<sup>13</sup> (LE BILLON, 2004, p. 5, tradução nossa). Logo, pode-se conceber o traço do autoritarismo como característica presente nas duas diferentes análises.

## 1.2 CONFLITOS POR RECURSOS HÍDRICOS

No que diz respeito ao recurso destacado neste trabalho, a água, Alao (2007) relata a maneira como se tem aumentado os estudos acerca da relação entre a água e a política, os conflitos e a diplomacia, em virtude da crescente diversificação no uso deste recurso nos tempos modernos, mesmo se tratando de uma relação enraizada na história. Homer-Dixon (1994) sugere que o recurso renovável mais provável de estimular as guerras de recursos interestaduais é a água dos rios. O aspecto essencial da água é conhecido desde os primórdios das civilizações, mas cabe destacar a sua relevância para uma série de questões, como as pertinentes ao desenvolvimento, segurança, alimentação e saúde das populações (TURTON, 1999 apud ALAO, 2007), portanto, os recursos hídricos são um elemento indispensável na composição das sociedades e dos Estados. “Onde a água é escassa, a competição por suprimentos limitados pode levar nações a ver o acesso à água como uma questão de segurança nacional” (GLEICK, 1993, p. 79), o que dialoga com o alargamento da agenda de segurança e o aumento da preocupação acerca dos recursos naturais citados na seção anterior.

Anthony Turton (1999 apud ALAO, 2007) caracteriza as cinco abordagens existentes nos estudos da relação entre água e conflito. A primeira abordagem se relaciona ao discurso malthusiano que introduziu o aspecto do crescimento populacional como ponto de partida para a escassez hídrica, o que, por sua vez, resultaria no conflito. Nessa abordagem se encontra, por exemplo, o estudo de Malin Falkenmark acerca do Índice de Estresse Hídrico. A segunda é denominada “Discurso da Água Virtual” e se desenvolveu em contrapartida à primeira abordagem, propondo o argumento de que há poucas evidências que comprovem a existência de guerras pela água em áreas conhecidas pela sua escassez, justificando que, nos lugares onde essa situação se enquadra, os governos dispõem de opções para a prevenção desses conflitos. Esse discurso é representado essencialmente por Tony Allen ao desenvolver críticas ao pensamento malthusiano, se pautando, como ressalta Alao (2007), em uma versão modernizada da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. A terceira proposta apresentada diz

---

<sup>13</sup> Do original: “Resource-dependent countries tend to have lower social indicators and their states tend to be more corrupt, ineffective and authoritarian [...]”.

respeito ao chamado “Discurso de Desigualdade Estrutural”, que retrata a possibilidade de os conflitos emergirem quando há uma situação contestada de acesso desigual aos recursos hídricos, com enfoque para as sociedades que são frequentemente negligenciadas no que tange à administração dos recursos. É possível identificar essa proposta em diversos contextos, como na utilização da água para obtenção de vantagens de um grupo étnico ou racial - como no apartheid da África do Sul - ou para vantagens de um grupo de profissionais, como exportadores de produtos agrícolas. Além disso, o terceiro discurso pode ser relacionado com a abordagem de Homer-Dixon (1994) que trata da interação entre as fontes de escassez ambiental, sendo elas o acesso desigual a recursos, o crescimento populacional e a diminuição da quantidade e qualidade dos recursos.

A quarta categoria, “Discurso da Escassez Ambiental”, se assemelha à anterior, porém, encontra seu cerne na escassez de recursos proveniente da ação de um grupo dominante. Neste caso, também é possível relacionar com a análise de Homer-Dixon (1994), uma vez que o discurso ressalta a problemática da marginalização de um grupo de pessoas na gestão dos recursos naturais. Por último, tem-se a abordagem do “Discurso da Escassez Social”, que reflete sobre a maneira pela qual as sociedades são afetadas pela escassez, concluindo que há uma espécie de adaptação por parte das sociedades diante das consequências da escassez. O discurso abarca a contribuição de Leif Ohlsson para o entendimento de que existe um nível de capacidade de adaptação social disponível para as entidades sociais no enfrentamento a essas problemáticas.

Diante disso, Alao (2007) entende que há a possibilidade do conflito quando: a) a água é concebida como um objetivo político e militar, considerando quatro importantes variáveis: “o grau da escassez hídrica; a medida em que o recurso é compartilhado por mais de um grupo; o poder relativo desses grupos; e a facilidade de acesso a uma fonte de água alternativa<sup>14</sup>” (ALAO, 2007, p. 210, tradução nossa); b) a água é concebida como uma ferramenta de conflito, tornando-se alvo em tempos de guerra; c) águas e instalações hídricas são vistas como alvos de ataques nas guerras; e d) quando há a desigualdade no desenvolvimento, uso e distribuição dos recursos hídricos, sendo consideradas causas de guerras internas e interestatais.

Para Peter H. Gleick (1993), existem quatro características que permitem que a água seja utilizada como fonte de rivalidade estratégica: 1) o grau da escassez, 2) até que ponto o recurso hídrico é compartilhado por mais de uma região ou estado, 3) o poder relativo dos

---

<sup>14</sup> Do original: “the degree of water scarcity; the extent to which the supply is shared by more than one group; the relative power of those groups; and the ease of access to an alternative source of water”.

estados envolvidos, e 4) a disponibilidade de recorrer a fontes alternativas de água doce. Assim como Alao (2007), Gleick (1993) concebe que muitos conflitos políticos que eclodiram em agressão militar apresentaram o uso dos recursos hídricos como alvos de ataque, mas também como ferramentas de guerra. Estes conflitos podem surgir sem que haja um ato consolidado de violência empreendido: “até mesmo a percepção que o acesso à água potável poderia ser utilizado como ferramenta política por outra nação pode levar à violência” (GLEICK, 1993, p. 87). A história das civilizações é repleta de exemplos, como quando Senaqueribe da Assíria, em 689 a.C., destruiu propositalmente as fontes de abastecimento de água da Babilônia em retribuição à morte de seu filho; quando barragens do rio Yalu foram atacadas durante a Guerra da Coreia; ou ainda quando o Vietnã do Norte teve os seus sistemas de abastecimento hídricos de irrigação bombardeados pelos Estados Unidos no final dos anos 1960, entre muitos outros episódios de violência conflitiva (GLEICK, 1993).

Relacionando às análises dos autores da seção anterior, é possível elucidar o aspecto de evidência da água entre os demais recursos naturais no que diz respeito ao conflito. O próprio histórico da geopolítica tratado por Le Billon (2004) incorporou o acesso à água como uma ferramenta de poder, uma vez que o comando dos oceanos estava intimamente ligado ao comando do comércio e das riquezas do mundo, caracterizando-se como um fator constituinte dos objetivos políticos e militares dos países, o que, por sua vez, se relaciona com a concepção de Alao (2007) acerca da possibilidade de conflito. Se, entre outros fatores, a má distribuição dos recursos e a escassez ou abundância constituem elementos fundamentais no desenvolvimento do conflito, conforme Le Billon (2004), Auty (2004), Homer-Dixon (1994) e Klare (2002), os recursos hídricos, aplicados nestas análises, se tornam de grande preocupação, uma vez que “ao contrário dos metais raros, a água é bem difícil de ser redistribuída economicamente. Ao contrário do petróleo, a água não possui substitutos<sup>15</sup>” (GLEICK, 1993, p. 89-90, tradução nossa). Ademais, assim como Gleick (1993), Klare (2002) emprega os elementos do crescimento populacional, da rápida urbanização e do crescente uso da água em processos industriais como promotores das disputas por água.

Um parâmetro utilizado por Gleick (1993) para identificar a disponibilidade de água nos países é a margem de, no mínimo, 1.000 metros cúbicos anuais per capita considerados ideais para o desenvolvimento eficiente de uma nação: quando menor do que a margem, há uma situação de vulnerabilidade hídrica. A partir deste parâmetro, o autor elabora uma tabela

---

<sup>15</sup> Do original: “Unlike rare metals, water is quite difficult to redistribute economically. Unlike oil, water has no substitutes”.

comparativa de como era o índice de vulnerabilidade hídrica em alguns dos principais países que sofrem com o esgotamento da água e a projeção desse índice no ano de 2025, conforme a Tabela 1.

**Tabela 1.** Disponibilidade da água per capita em 1990 e a projeção para 2025 (metros cúbicos per capita)

Country	Per Capita Water Availability 1990	Projected Per Capita Water Availability 2025
<b>Africa</b>		
Algeria	750	380
Burundi	660	280
Cape Verde	500	220
Comoros	2,040	790
Djibouti	750	270
Egypt	1,070	620
Ethiopia	2,360	980
Kenya	590	190
Lesotho	2,220	930
Libya	160	60
Morocco	1,200	680
Nigeria	2,660	1,000
Rwanda	880	350
Somalia	1,510	610
South Africa	1,420	790
Tanzania	2,780	900
Tunisia	530	330
<b>North and Central America</b>		
Barbados	170	170
Haiti	1,690	960
<b>South America</b>		
Peru	1,790	980
<b>Asia/Middle East</b>		
Cyprus	1,290	1,000
Iran	2,080	960
Israel	470	310
Jordan	260	80
Kuwait	<10	<10
Lebanon	1,600	960
Oman	1,330	470
Qatar	50	20
Saudi Arabia	160	50
Singapore	220	190
United Arab Emirates	190	110
Yemen	240	80
<b>Europe</b>		
Malta	80	80

Fonte: Gleick (1993, p. 101).

Os dados da Tabela 1 foram levantados pelo autor com base na prospecção de crescimento populacional nos países citados e que já denotavam uma situação de ainda maior vulnerabilidade hídrica para o futuro. Porém, a projeção apresentada pelo autor para o ano de 2025 destoa, em níveis alarmantes e em alguns dos países citados, dos recentes levantamentos realizados pelo *World Bank* sobre a disponibilidade de água doce per capita no ano de 2017,

conforme a Tabela 2. Entre os mais preocupantes, estão o Egito, cuja previsão para 2025 estava em 620 m<sup>3</sup>, porém, ainda no ano de 2017, o resultado foi de cerca de espantosos 10 m<sup>3</sup> per capita; Israel com um resultado de 86 m<sup>3</sup> obtido em 2017, enquanto a previsão para 2025 compreendia 310 m<sup>3</sup>; e Emirados Árabes Unidos, que já esperava um índice baixo em 2025 com 110 m<sup>3</sup>, porém, a realidade de 2017 demonstrou grande preocupação com 16 m<sup>3</sup> per capita. Destaca-se o caso dos países do Oriente Médio que serão estudados no próximo capítulo a partir das competições por recurso envolvendo, principalmente, o rio Jordão.

Os resultados extremos obtidos no ano de 2017 são uma evidência explícita do grau ameaçador a que chegaram as situações de mudança climática, secas, gerenciamento hídrico inadequado, poluição hídrica, aumento da demanda por este recurso, entre outros aspectos, e que continuam a desenvolver índices cada vez piores na sociedade atual. Apesar de alarmante, essa é uma dinâmica há muito tempo prevista por diversos autores, Klare (2002, p. 140, tradução nossa), por exemplo, ressaltou que “a mudança climática global complicará ainda mais a equação de fornecimento de água<sup>16</sup>”.

**Tabela 2.** Disponibilidade de água projetada para 2025 e levantada em 2017 (metros cúbicos per capita/ano)

Pais	Disponibilidade de água per capita projetada para 2025	Disponibilidade de água per capita em 2017
Argélia	380	272
Egito	620	10
Somália	610	411
África do Sul	790	786
Chipre	1000	661
Israel	310	86
Jordão	80	70
Libano	960	704
Oman	470	300
Singapura	190	107
Emirados Árabes Unidos	110	16
Yemen	80	75

Fonte: Elaboração da autora baseada em World Bank (2017).

Nesse sentido, a vulnerabilidade hídrica demonstrada nos índices de disponibilidade de água em diversos países é um elemento que compõe a pesquisa dos conflitos por recursos hídricos, incorporando o fator da chamada segurança hídrica. O conceito emergente de segurança hídrica, segundo Christina Cook e Karen Bakker (2011), é pautado por um amplo leque de abordagens e por uma diversidade de temas aos quais ele pode se aplicar:

Em geral, as definições de segurança hídrica utilizadas na década de 1990 estavam vinculadas a questões específicas de segurança humana, como

<sup>16</sup> Do original: “Global climate change will further complicate the water-supply equation”.

segurança militar, segurança alimentar e (mais raramente) segurança ambiental. Então, no Segundo Fórum Mundial em 2000, a Global Water Partnership introduziu uma definição integrativa de segurança hídrica que considerava o acesso e a acessibilidade da água, bem como as necessidades humanas e a saúde ecológica. Desde então, uma variedade de acadêmicos e formuladores de políticas adotaram o termo e lhe deram vários significados, com alguns desenvolvendo definições baseadas em disciplinas e outros avançando e integrando uma abordagem interdisciplinar. Dentro dessa literatura diversificada, quatro temas inter-relacionados dominam as pesquisas publicadas sobre segurança hídrica: disponibilidade hídrica; vulnerabilidade humana aos perigos; necessidades humanas (relacionadas ao desenvolvimento, com ênfase na segurança alimentar); e sustentabilidade<sup>17</sup> (COOK; BAKKER, 2011, p. 97, tradução nossa).

Em meio a essa diversidade, o conceito adotado de forma a se relacionar com a abordagem de Gleick (1993) acerca da vulnerabilidade hídrica e da utilização dos recursos hídricos como ferramenta e alvo de guerras é o que concebe a segurança hídrica como: “a disponibilidade de uma quantidade e qualidade aceitáveis de água para a saúde, meios de subsistência, ecossistemas e produção, juntamente com um nível aceitável de riscos relacionados à água para pessoas, ambientes e economias<sup>18</sup>” (GREY; SADOFF, 2007, p. 545 apud COOK; BARKER, 2011, p. 99, tradução nossa). Dessa forma, é possível estabelecer que o surgimento de conflitos pertinentes à água se associa a uma situação em que a segurança hídrica não está presente ou será afetada com o processo.

### 1.3 O ESTABELECIMENTO DA HEGEMONIA HÍDRICA

Quando se constata a existência do conflito interestatal em virtude dos recursos hídricos, é possível analisar se a situação constitui uma conjuntura em que está presente a chamada hegemonia hídrica ou hidro hegemonia. O próprio conceito de hegemonia é bastante difundido nos estudos das teorias das relações internacionais e, por vezes, é utilizado de maneiras distintas. Mark Zeitoun e Jeroen Warner (2005) esclarecem que, em sua origem linguística, o termo “hegemonia” (do grego *hegeisthai*) representa alguém que guia, lidera e conduz o

---

<sup>17</sup> Do original: “In general, the definitions of water security used in the 1990s were linked to specific human security issues, such as military security, food security and (more rarely) environmental security. Then, at the Second World Forum in 2000, the Global Water Partnership introduced an integrative definition of water security that considered access and affordability of water as well as human needs and ecological health. Since then, a variety of a scholars and policymakers have taken up the term and given it various meanings, with some developing discipline-based definitions and others advancing an integrative, interdisciplinary approach. Within this diverse literature, four interrelated themes dominate the published research on water security: water availability; human vulnerability to hazards; human needs (development-related, with an emphasis on food security); and sustainability”.

<sup>18</sup> Do original: “the availability of an acceptable quantity and quality of water for health, livelihoods, ecosystems and production, coupled with an acceptable level of water-related risks to people, environments, and economies”.

caminho, fazendo com que a hegemonia possa ser definida como uma liderança reforçada pela autoridade. Por outro lado, McLean e McMillan (2003 apud ZEITOUN; WARNER, 2005) descrevem o conceito de hegemonia fundamentado pelo *Oxford Concise Dictionary of Politics*, o qual está relacionado à situação em que uma classe social exerce poder sobre outros através da coerção ou da lei.

A submissão à hegemonia pode ser estabelecida através de quatro mecanismos diferentes: 1) coerção, compreendida como o uso da força ou da ameaça direta da força; 2) utilitários, incluindo subornos e trocas de serviços; 3) acordos normativos, isto é, a noção de que o ator não hegemônico está interessado em cumprir e legitimar o poder do ator hegemônico; e 4) hegemonia ideológica, mecanismo inspirado por Gramsci que atribui às crenças e ideias elaboradas pelos hegemônicos a eficiência para a submissão sem apelos normativos (LUSTICK, 2002 apud ZEITOUN; WARNER, 2005). Dessa forma, Zeitoun e Warner (2005) ressaltam que os métodos empregados pelos atores hegemônicos para manter a sua posição de poder dependem da capacidade de persuadir os que estão na situação de subordinação a assentir não somente a autoridade hegemônica, mas também a adotar as normas e valores de uma determinada solução imposta. Semelhantemente, para Martin Griffiths e Terry O'Callaghan (2002, p.138, tradução nossa), “a hegemonia consiste na posse e comando de um conjunto multifacetado de recursos de poder<sup>19</sup>”, pautada pelo chamado poder estrutural que assegura a posição do ator hegemônico no seu sistema, dialogando com a sua capacidade de moldar as preferências e interesses dos outros estados e de gerir os recursos humanos e naturais a ele pertencentes.

Sendo assim, quando a hegemonia é exercida no contexto de bacias hidrográficas e recursos hídricos, obtém-se a hidro hegemonia, a qual utiliza estratégias de controle, captura, integração e contenção de recursos para ser estabelecida (ZEITOUN; WARNER, 2005). Porém, ela pode ser concebida como uma situação que permite vantagens e desvantagens para os envolvidos, podendo assumir um caráter positivo ou negativo, segundo Zeitoun e Warner (2005). A forma positiva da hegemonia hídrica está relacionada às ações empreendidas por parte do ator hegemônico de maneira a guiar e liderar os seus subordinados ao bem de todos ou da maioria. Essa configuração é capaz de articular benefícios internacionais como a ordem e a estabilidade através de uma boa regulação e gerenciamento das águas (ZEITOUN; WARNER, 2005). Por outro lado, quando o comportamento da hegemonia produz dominação e o aumento da desigualdade constante entre os que têm poder e os que não têm, constata-se o caráter

---

<sup>19</sup> Do original: “Hegemony consists of the possession and command of a multifaceted set of power resources”.



negativo da hidro hegemonia. Nestes casos, pode-se perceber a negação de direitos e do acesso à água aos estados mais fracos, ou uma absurda desigualdade na alocação dos fluxos que, de acordo com os autores, geram certo grau de conflito inevitável. A partir dessa concepção, é possível constatar que o aspecto do autoritarismo, presente nas análises citadas na bibliografia da abundância e da escassez de recursos, está ligado ao estabelecimento negativo da hidro hegemonia: para Homer-Dixon (1994), o estresse ambiental resultará na fragmentação ou no aumento do autoritarismo estatal, e para Le Billon (2004), a dependência dos recursos gera nos países a ineficácia, corrupção e o autoritarismo. Logo, em ambos os contextos abordados pelas literaturas, a viabilidade da hidro hegemonia se faz presente e incorpora o desenvolvimento dos conflitos.

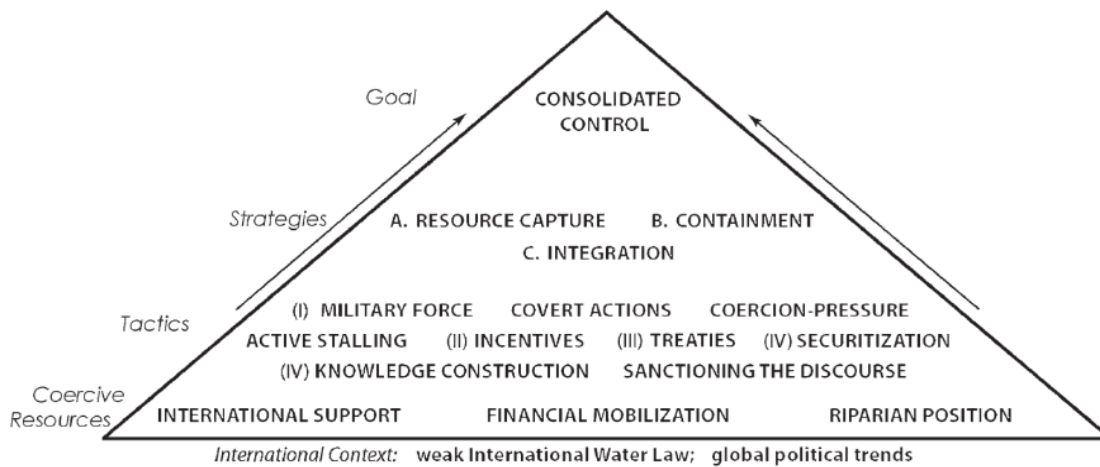
Zeitoun e Warner (2005), dessa forma, desenvolvem a análise acerca da interação exercida entre estados no que tange aos recursos hídricos transfronteiriços e como o conflito sucede dela, considerando as possibilidades de escassez e abundância:

Onde a água é fisicamente escassa, pode-se esperar que a interação seja uma competição disputada pelo controle de um volume maior de fluxos. Onde há abundância de água, um ribeirão pode buscar o controle sobre os fluxos para energia hidrelétrica, enquanto outro pode buscar o controle para fins de gerenciamento de inundações<sup>20</sup> (ZEITOUN; WARNER, 2005, p. 443, tradução nossa).

Com base nisso, os autores constatam que, independentemente de a interação progredir em virtude da escassez ou da abundância, existem três possíveis situações nas quais o controle acerca dos recursos pode inserir-se, podendo ser: 1) compartilhado, demonstrando um certo grau de cooperação, 2) consolidado a favor do mais forte, representando mínimo grau de cooperação e paralisação da competição, e 3) contestado, indicando alto grau de competição. Neste caso, entende-se que a situação ideal buscada por um ator hegemônico é a de um controle consolidado. Para estabelecer esse tipo de controle, Zeitoun e Warner (2005) delimitam um esquema que envolve estratégias, táticas e recursos coercitivos (ver Figura 3) com base nos principais exemplos de atores hidro hegemônicos com controle consolidado em bacias hidrográficas: Israel com o rio Jordão – que será aprofundado no próximo capítulo –, Egito com o rio Nilo e a Turquia com os rios Tigre e Eufrates.

---

<sup>20</sup> Do original: “Where water is physically scarce, the interaction could be expected to be a competition fought for control over a greater volume of flows. Where there is an abundance of water, one riparian may seek control over the flows for hydropower while another may seek control for flood-management purposes”.

**Figura 3.** Controle consolidado

Roman numerals relate to Lustick's (2002) classification of increasingly efficient compliance-producing mechanisms: (I) coercion, (II) utilitarian exchange, (III) instigating normative agreement and (IV) inducing ideologically hegemonic beliefs. The list is non-exhaustive.

Fonte: Zeiton e Warner (2005, p. 445).

As estratégias que englobam o esquema são classificadas por a) captura de recursos, que acontece quando o ator, “na ausência de entendimentos formais, prossegue com projetos que afetam o fluxo ou a qualidade do recurso<sup>21</sup>” (WATERBURY, 1997, p. 279 apud ZEITON; WARNER, 2005, p. 444, tradução nossa); b) contenção, que reflete na tentativa do estado mais forte de influenciar o mais fraco à aceitação dos mecanismos normativos e hegemônicos que o beneficiem; e c) integração, correspondendo ao uso dos mecanismos utilitários para alcançar e incentivar a submissão. As táticas são divididas de acordo com os quatro mecanismos citados para o estabelecimento da submissão (coerção, utilitários, acordos normativos e hegemonia ideológica). Na coerção, tem-se o uso da força militar, que é considerada muito eficaz para a estratégia de captura de recursos; as ações secretas, relacionadas às operações que buscam o enfraquecimento dos aparatos hidráulicos, políticos ou militares inimigos; e a pressão-coerção, considerada a tática mais utilizada, composta por ameaças, sanções, embargos comerciais, ações de isolamento diplomático etc. Os mecanismos utilitários referem-se às táticas de incentivo, referentes aos atos opostos à pressão-coerção, isto é, reconhecimentos diplomáticos, proteção militar, incentivos comerciais etc. Os acordos normativos são representados pelos tratados, mecanismos do direito internacional que, por vezes, são assinados por ribeirinhos que consideram benefícios suficientes, mas que, de alguma forma, acabam favorecendo a balança de poder para o lado do ator hegemônico. Por último, a hegemonia ideológica é composta pelas táticas de securitização, a qual permite a construção de um conhecimento que faz com que

<sup>21</sup> Do original: “[...] in the absence of formal understandings, move ahead with projects that affect the flow or quality of the resource”.

qualquer questão relacionada à água seja de interesse político; construção de conhecimento, que cria uma percepção acerca dos discursos politicamente aceitáveis; e discursos sancionados, que são utilizados quando o ator mais poderoso utiliza um discurso para sobrepor outro, como a ênfase a questões de cooperação para ocultar a distribuição desigual no que tange aos recursos.

A partir da identificação dessas estratégias e táticas que os estados ribeirinhos podem seguir para obter e manter configurações de hegemonia hídrica, Zeiton e Warner (2005) destacam o contexto e os fatores que garantem uma vantagem competitiva aos estados mais fortes. Os chamados recursos coercitivos sustentam as estratégias e táticas, conforme a Figura 3, e “são estabelecidos dentro de um contexto internacional cercado por desigualdades como tendências políticas globais, partidarismo e a ausência de uma lei internacional da água universalmente reconhecida e aplicável<sup>22</sup>” (ZEITON; WARNER, 2005, p. 449, tradução nossa). Estes recursos coercitivos incluem o apoio internacional, uma vez que uma posição política internacionalmente favorável pode proporcionar uma posição também favorável na competição pela água; capacidade de mobilizar fundos, haja vista que um estado que não possui os recursos financeiros necessários é dependente de assistência financeira externa, impossibilitando ações unilaterais de captura de recursos; e a posição do ribeirinho, considerada o recurso coercitivo mais estável por não demandar do estado uma luta por melhor posição no equilíbrio de poder, a não ser que seja alvo de uma tentativa de conquista territorial por parte de outros estados.

Com isso, observa-se que os estados que buscam estabelecer uma liderança de hidro hegemonia positiva implementarão as estratégias de controle dos recursos no sentido de se estabelecer interações de cooperação, enquanto os que buscam a configuração hidro hegemônica de controle exclusivo sobre os recursos intentarão as estratégias que se desenvolvam na direção de uma forma de dominação e, conseqüentemente, do conflito (ZEITON; WARNER, 2005).

Em suma, a partir do arcabouço teórico que permeia o vínculo entre conflitos e recursos naturais, depreende-se que o histórico dessa relação, marcada inicialmente pela expansão global europeia do século XV, propiciou o alargamento da agenda de segurança internacional e, conseqüentemente, o aumento dos debates na área. Com isso, houve a emergência de dois parâmetros principais que guiaram os autores dessa literatura: os conflitos por abundância de recursos, e os conflitos pela escassez. Na primeira vertente, considera-se o fator da abundância como um elemento de extensão e promoção das fragilidades estatais que conduzem à

---

<sup>22</sup> Do original: “[...] are set within an international context beset by inequalities such as global political trends, partisanship and the absence of a universally-recognized and enforceable international water law”.

competição. Na segunda, a insuficiente distribuição dos recursos, de diversas maneiras, pode gerar circunstâncias de violência interestatais e civis. Em ambos os casos, o recurso natural foco deste trabalho, a água, se insere no contexto do conflito em virtude de seu caráter essencial para o desenvolvimento humano e estatal, e nas situações de vulnerabilidade e segurança a ela relacionadas.

Neste caso, a análise dos conflitos por recursos hídricos é formulada em torno de diferentes discursos que resumem o desenrolar desta relação às circunstâncias em que se identifica a água como um objetivo político e militar, como ferramenta de conflito, como alvo de ataques e como objeto de desigualdade em sua distribuição. Essa análise se estende à percepção da ideia de hegemonia aplicada aos recursos hídricos, resultando na hidro hegemonia estatal presente em diversos casos em que a água foi e continua sendo foco de controle para a manutenção do poder. A característica da hegemonia hídrica pode ser percebida no estudo de caso do rio Jordão em meio às relações conflituosas entre Israel e a Palestina nos anos de 2000 a 2022.

## 2 AS DISPUTAS HISTÓRICAS NO RIO JORDÃO E O CONFLITO ISRAELO-PALESTINO NOS DIAS ATUAIS

No ano de 2021, entre os 355 conflitos internacionais registrados pelo Instituto de Heidelberg, 94 apresentaram os recursos como um de seus itens. Dentre estes, 34 foram identificados como não violentos (de intensidade 1 ou 2) e 60 como conflitos violentos (de intensidade 3 a 5). Em meio aos casos de conflitos violentos, 3 envolveram Israel e os povos árabes. Em dois destes, o conflito se desenvolveu entre israelenses e palestinos: 1) com início em 1948, entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina (ANP), com intensidade de índice 3; e 2) com início em 1988, entre Israel e o Hamas, com intensidade de índice 4.

O segundo capítulo apresenta o estudo de caso do conflito entre Israel e a Palestina de 2000 a 2022, a fim de salientar o papel que os recursos hídricos obtiveram na história sob a ótica da literatura que trata da relação entre recursos naturais e conflito. Para isso, são desenvolvidas três seções: a primeira descreve a narrativa histórica do conflito árabe-israelense a partir da consolidação do Estado de Israel em maio de 1948, com o objetivo de evidenciar as principais características do conflito; a segunda seção é construída em torno do enfoque para a água no conflito, utilizando o exemplo do rio Jordão para identificar a maneira com que os recursos hídricos foram utilizados para o benefício das partes; e a terceira consolida a análise e aplicação do estudo de caso aos conceitos apresentados no primeiro capítulo, com o propósito de relacionar o contexto de hegemonia hídrica ao comportamento de Israel no conflito contra a Palestina atualmente. Vale ressaltar que nem todos os eventos históricos concernentes ao conflito foram tratados, uma vez que o enfoque se desenvolve em torno do panorama atual israelo-palestino.

### 2.1 O HISTÓRICO DO CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE

A consolidação do Estado de Israel teve suas origens no movimento sionista<sup>23</sup> que surgiu na Europa do século XIX, principalmente após a publicação do livro *The Jewish State* em 1896, escrito por Theodor Herzl (1860-1904), o qual ficou conhecido como o pai do sionismo político e visionário do estabelecimento de um estado judeu (SHLAIM, 2014). Herzl, judeu nascido na

---

<sup>23</sup> De acordo com Shahram Akbarzadeh e Kylie Baxter (2018), o termo “Sionismo” deriva do nome “Sião” (nome bíblico para a região que se refere à atual Jerusalém) e foi concebido no ano de 1885 para caracterizar, de forma geral, o direito do povo judeu de retomar sua existência como uma nação nas terras bíblicas de Israel, as quais foram conhecidas como Palestina por quase dois mil anos, desde o exílio e da diáspora judaica.

Hungria, defendeu a ideia de que o povo judeu não era apenas um grupo religioso, mas uma nação que aguardava seu nascimento. Além do apego histórico à terra, particularmente à cidade de Jerusalém, o fato de um pequeno contingente de judeus terem permanecido na região da Palestina foi utilizado como um argumento para o reestabelecimento do estado (AKBARZADEH; BAXTER, 2018). Em meio a grandes desavenças entre os povos árabes da Palestina e os judeus, e diversas ações empreendidas pelos líderes sionistas para que houvesse o reconhecimento internacional do estado, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Resolução 181, de novembro de 1947, a qual determinou a divisão da Palestina entre árabes e judeus, com exceção da cidade de Jerusalém – designada como um regime internacional (AKBARZADEH; BAXTER, 2018). Com a rejeição do povo palestino em virtude da extrema desigualdade na divisão do território, a resolução representou apenas o início do que seria o conflito direto árabe-israelense.

A intenção da ONU, segundo Shahram Akbarzadeh e Kylie Baxter (2018), era garantir que não houvesse o exercício da dominação absoluta por parte dos sionistas nem dos palestinos. Todavia, a repartição (ver Figura 4) não obteve o resultado desejado, uma vez que os líderes judeus, como David Ben Gurion, apenas aceitaram a resolução por uma perspectiva lógica e pragmática, tendo como base a “expectativa de que seu território seria expandido no conflito vindouro que eles consideravam inevitável, e para o qual se prepararam desde meados da década de 1940<sup>24</sup>” (AKBARZADEH; BAXTER, 2018, p. 29, tradução nossa). Também insatisfeitos, os palestinos se posicionaram de maneira completamente oposta à resolução, pois a consideravam ilegal, injusta, impraticável e absurda e ameaçaram resistir por meio da força em caso de sua implementação (SHLAIM, 2014).

No dia 1º de dezembro o Alto Comitê Árabe iniciou os seus ataques a civis judeus, corroborando com a ideia de que o voto da ONU pela partição influenciou, não somente a legitimidade internacional para o estabelecimento dos estados judeu e árabe, mas também o princípio de uma guerra selvagem na região (SHLAIM, 2014). Em 14 de maio de 1948, em Tel Aviv, David Ben Gurion leu a Declaração da Independência que estabeleceu o Estado de Israel diante dos membros do Conselho Nacional Judeu, debaixo de um grande retrato de Theodor Herzl (BEST et al., 2015). Um aspecto identificado na declaração de Israel foi a omissão no estabelecimento das suas fronteiras, representando, para Akbarzadeh e Baxter (2018), um sinal claro de que a liderança israelense tinha consciência da inevitabilidade do conflito, mesmo que em seu discurso tenha sido citado o desejo pela paz.

---

<sup>24</sup> Do original: “on the expectation that their territory would be expanded in the coming conflict that they viewed as inevitable, and for which they had prepared since the mid-1940s”.

**Figura 4.** Plano de repartição da ONU, 1947



Fonte: Best et al (2015, p. 130).

No dia seguinte, as forças árabes do Líbano, Síria, Jordânia, Egito e Iraque invadiram Israel, dando início à primeira guerra de fato árabe-israelense (AKBARZADEH; BAXTER, 2018). Chamada pelos judeus de Guerra de Independência de Israel, Akbarzadeh e Baxter (2018) destacam que o conflito também ficou conhecido pelos palestinos como al-Nakba (a Catástrofe), em virtude dos mais de 700 mil palestinos refugiados decorrentes dela. Antony

Best et al. (2015) descrevem que um número estimado de 6.000 a 7.000 voluntários árabes, representando o Exército de Libertação Árabe (ALA), marcharam rumo à libertação da Palestina e à destruição de Israel. Em 11 de junho de 1948, o mediador da ONU Folke Bernadotte, enquanto procurava por uma solução para o conflito, decretou um cessar-fogo que foi ignorado pelos dois grupos.

Foi neste ponto que Israel começou a ganhar vantagem, pois enquanto as forças árabes começaram a sofrer com o moral baixo, a falta de coordenação e apoio logístico e, acima de tudo, a falta de unidade causada pela desconfiança mútua de cada outros objetivos políticos e territoriais, as FDI (Forças de Defesa de Israel) aumentaram constantemente, não apenas sua força de trabalho para 65.000, em oposição à força árabe de 25.000, mas também seu poder de fogo. De fato, durante a trégua Israel importou um número significativo de fuzis, metralhadoras, carros blindados, canhões de campanha, tanques e munições, apesar do embargo da ONU. Consequentemente, quando os combates recomeçaram em 8 de julho, Israel começou a fazer seus primeiros ganhos territoriais, incluindo a tomada da cidade de Nazaré. Em dezembro, Israel controlava a maior parte da Galileia, e suas forças haviam cruzado o Líbano no Norte e quebrado o bloqueio egípcio no Neguev, no Sul<sup>25</sup> (BEST et al., 2015, p. 135, tradução nossa).

O cessar-fogo só foi aceito em janeiro de 1949, dando início às negociações de armistício entre Israel e seus vizinhos Egito, Líbano, Jordão e Síria, que apenas em 20 de julho foram concluídas, dando fim à primeira guerra árabe-israelense, mas nenhuma das negociações resultou em um acordo de paz definitivo (SHLAIM, 2014). Isso significava, conforme Charles Smith (2016), que o estado de guerra ainda existia.

Outro episódio que marcou a história do conflito ficou conhecido como a Crise de Suez, de 1956. Segundo Smith (2016), quando o novo presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, realizou um acordo com os britânicos em 1954 para que retirassem suas forças da base militar no Canal de Suez. Israel se alarmou diante da possibilidade de tropas egípcias adentrarem o Sinai e utilizou esse discurso para justificar atos de espionagem empreendidos por oficiais israelenses sem o conhecimento do então primeiro-ministro Moshe Sharett. No ano seguinte, em fevereiro de 1955, Israel desencadeou um ataque massivo em Gaza como uma forma de evidenciar sua superioridade militar. Em resposta, Nasser recorreu ao pacto de armas com a União Soviética para minimizar suas fraquezas militares, fazendo com que Israel também

---

<sup>25</sup> Do original: "It was at this point that Israel began to gain the upper hand, for while the Arab forces started to suffer from low morale, lack of co-ordination and logistical support, and, above all, a lack of unity caused by mutual suspicion of each other's political and territorial aims, the IDF steadily increased not only its manpower to 65,000, as opposed to the Arab force of 25,000, but also its firepower. Indeed, during the truce Israel imported a significant number of rifles, machine-guns, armoured cars, field-guns, tanks and ammunition, despite the UN embargo. Consequently when fighting resumed on 8 July, Israel started to make its first territorial gains, including seizing the town of Nazareth. By December Israel controlled most of Galilee, and its forces had crossed into Lebanon in the north and broken the Egyptian blockade in the Negev in the south."



buscasse por mais armamentos fornecidos pela França. O aumento das tensões ocorreu em 1956, com a decisão dos Estados Unidos e Grã-Bretanha de não financiar a construção da barragem de Aswan, no Rio Nilo, influenciando na importante e imediata ação de Nasser de nacionalizar o Canal de Suez e de restringir o estreito de Tiran<sup>26</sup>. As ações do líder egípcio resultaram na colaboração entre Israel, França e Grã-Bretanha que se juntaram para derrubar um inimigo em comum. Mesmo com o argumento israelense de que o bloqueio do estreito por parte do Egito foi uma causa legítima para o conflito, “a guerra trouxe a Israel dez anos de paz em sua fronteira egípcia, com passagem aberta para navios israelenses no Golfo de Aqaba<sup>27</sup>” (SMITH, 2016, p. 266, tradução nossa).

Mehran Kamrava (2005) descreve que, a partir dos anos 60, os comandos palestinos, chamados Fedayeen, iniciaram uma série de ataques e infiltrações contra alvos israelenses diante do receio de que o estado de Israel se tornasse uma realidade permanente, cujo objetivo era promover mudanças na geopolítica da região por meio de outro conflito entre os países árabes e o estado judeu. Houve a tentativa de interferência nos ataques dos Fedayeen por parte da Liga Árabe em 1964, mas foi em vão. Dois anos depois, Israel e seus vizinhos árabes se encontravam, novamente, em rota de colisão, resultando em um dos acontecimentos mais marcantes da região: a Guerra dos Seis Dias (KAMRAVA, 2005).

A Guerra dos Seis Dias se iniciou com o direcionamento de ameaças de Israel para a Síria, em maio de 1967. As ameaças ocasionaram um falso alarme dado pelos soviéticos ao presidente Nasser, informando que Israel havia reunido forças nas fronteiras da Síria (SMITH, 2016). Após uma série de ações militares empreitadas pelo presidente do Egito, a Jordânia e a Síria se aliaram com o país. Em junho de 1967, Israel empreendeu um ataque ao Egito que resultou na conquista e ocupação da Cisjordânia, das Colinas de Golã, da Faixa de Gaza, Península do Sinal (que foi devolvido ao Egito em 1982) e Jerusalém Oriental (SMITH, 2016). Os resultados do conflito foram de grande impacto para os estados envolvidos:

Como resultado de suas impressionantes vitórias no conflito que se seguiu – conhecido como a Guerra dos Seis Dias – Israel aumentou significativamente sua posição estratégica em relação aos estados árabes na área do alto Jordão. Ao ocupar as Colinas de Golã na Síria, Israel ganhou controle direto sobre o rio Baniyas, eliminando assim qualquer ameaça às nascentes do Jordão e aos valiosos aquíferos localizados nas colinas ao norte de Jerusalém. Os jordanianos, por outro lado, se viram em uma posição muito mais fraca: não apenas perderam a Cisjordânia, mas também ganharam 300.000 refugiados

---

<sup>26</sup> De acordo com Akbarzadeh e Baxter (2018), o estreito de Tiran é um canal de seis quilômetros de largura que liga a Ilha Tiran e o Egito, separando o Golfo de Aqaba do Mar Vermelho, sendo de grande importância estratégica em vista do acesso aos portos de Israel e da Jordânia.

<sup>27</sup> Do original: “The war brought Israel ten years of peace on its Egyptian frontier, with open passage for Israeli shipping into the Gulf of Aqaba”.

palestinos que precisavam de comida e água<sup>28</sup> (KLARE, 2002, p. 168, tradução nossa).

Através do mapa da Figura 5, é possível perceber a magnitude das ocupações israelenses na guerra, uma vez que o ganho territorial aumentou em seis vezes o seu tamanho (AKBARZADEH; BAXTER, 2018). Ao fim de mais uma guerra, os líderes árabes e a noção de unidade árabe foram desacreditados, outra grande onda de refugiados palestinos emergiu e as tentativas de resolução das superpotências se tornaram um impasse (BEST *et al.*, 2015).

**Figura 5.** Área ocupada por Israel após a Guerra dos Seis Dias



Fonte: Best *et al.* (2015, p. 474)

<sup>28</sup> Do original: “As a result of its stunning victories in the ensuing conflict – known since as the Six-Day War – Israel significantly enhanced its strategic position vis-à-vis the Arab states in the upper Jordan area. By occupying the Golan Heights of Syria, Israel gained direct control over the Baniyas River, thus eliminating any threat to the headwaters of the Jordan. Also, by seizing West Bank, it gained access to the lower Jordan River and to the valuable aquifers located in the hills north of Jerusalem. The Jordanians, on the other hand, found themselves in a much weaker position: not only did They lose the West Bank, but They also gained an additional 300,000 Palestinian refugees who needed to be provided with food and water”.

Segundo Best et al. (2015), o estabelecimento da Resolução 242 da ONU propôs um fundamento para possíveis negociações futuras a partir do destaque dado à inadmissibilidade de territórios adquiridos por meio da guerra, buscando a promoção da paz, liberdade de atos de força e de uma solução para os refugiados palestinos. Todavia, a situação em que se encontrava Israel não concedeu muitas chances de se tornar viável uma negociação igualitária com seus vizinhos (BEST et al., 2015). Além disso, Akbarzadeh e Baxter (2018) ressaltam que a Resolução 242 apresentou um discurso controverso ao determinar que as forças armadas israelenses deveriam se retirar dos territórios ocupados no conflito, porém, não foram citados de forma explícita os territórios em questão, permitindo a existência de interpretações distintas: por um lado, os apoiadores dos palestinos compreendiam que o foco principal do documento era, de forma clara, a retirada de Israel de todos os territórios que foram ocupados; por outro, israelenses associavam a questão da retirada como um assunto de segurança para o país.

A represália árabe aconteceu no dia mais sagrado do calendário judeu: o Dia da Expição (Yom Kippur), em 6 de outubro de 1973, quando o Egito e a Síria se juntaram para um ataque surpresa (SHLAIM, 2014). Os objetivos, segundo Akbarzadeh e Baxter (2018), envolviam a recuperação do território perdido no conflito de 1967, a citar as Colinas de Golã e a Península do Sinai, ou pelo menos provocar uma crise internacional que induziria Israel a negociar. A Guerra de Yom Kippur foi responsável por comprometer a ideia de invencibilidade que pairava sobre Israel desde os primeiros conflitos árabe-israelenses e reafirmou a relação entre o estado judeu e os Estados Unidos como um fato da política regional (AKBARZADEH; BAXTER, 2018). Além disso, o conflito introduziu a utilização do petróleo por parte dos árabes como uma ferramenta para seus objetivos territoriais: “[I]derada pela Arábia Saudita, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) impôs um embargo ao Ocidente e a Israel. Esta foi a primeira vez que o petróleo foi usado como ferramenta geoestratégica<sup>29</sup>” (AKBARZADEH; BAXTER, 2018, p. 50, tradução nossa).

A Guerra de 1973 resultou na mediação do então presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, quando convidou o líder egípcio substituto de Nasser, Anwar Sadat, e o primeiro-ministro de Israel, Menachem Begin, para Camp David em setembro de 1978 (KAMRAVA, 2005). Ao mesmo tempo em que os Acordos de Camp David proporcionaram a retirada gradual de Israel do Sinai, Kamrava (2005) evidencia que eles também influenciaram o isolamento do

---

<sup>29</sup> Do original: “Led by Saudi Arabia, the Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC) placed an embargo on the West and Israel. This was the first time that oil was used as a geostrategic tool”.

Egito do resto do mundo árabe a partir de sanções econômicas, diplomáticas e políticas impostas sobre o Egito pelos próprios países árabes.

Os conflitos entre Israel e seus vizinhos, no entanto, continuaram a emergir. Seguida do conflito de 1973, houve ainda a Guerra do Líbano em 1982, iniciada em decorrência da guerra civil que se instaurou no país em 1975<sup>30</sup> e que envolveu ataques por parte da Organização para Libertação da Palestina (OLP), resultando na alocação de tropas israelenses no sul do Líbano com a justificativa de assegurar a fronteira do norte de Israel. Outros episódios marcaram a história do conflito, como em 1987, com a incidência da chamada *intifada* - nome que se refere à revolta palestina contra a ocupação israelense que durou até o estabelecimento dos Acordos de Oslo<sup>31</sup> entre a OLP e Israel em 1993; em 2006, quando, após a retirada das tropas de Israel do Líbano, outra guerra emergiu na região com o sequestro de dois soldados israelenses pela organização Hezbollah<sup>32</sup>; e entre 2006 e 2014, período em que a região de Gaza também foi alvo de conflitos cada vez mais violentos (BEST et al., 2015).

Em síntese, como Akbarzadeh e Baxter (2018) destacam, a considerada recente história do Estado de Israel e a sua relação com seus vizinhos é caracterizada pela guerra. Essas guerras, no entanto, “são baseadas não no ódio primordial, mas em questões temporais, como preocupações territoriais, acesso a hidrovias, planejamento estratégico e, finalmente, as agendas pessoais dos políticos<sup>33</sup>” (AKBARZADEH; BAXTER, 2018, p. 56, tradução nossa). Sendo assim, uma vez evidenciado que o acesso hídrico constitui uma das bases deste histórico, é possível estreitar a análise do conflito árabe-israelense para identificar o enfoque da água no desenvolvimento das guerras, principalmente no caso do rio Jordão.

## 2.2 A ÁGUA NO CONFLITO: O CASO DO RIO JORDÃO

A atmosfera volátil, citada por Kamrava (2005), que estava instaurada na região desde a consolidação do Estado de Israel abrangia, além do contexto de ocupação territorial e de impasses políticos, as disputas pelos recursos hídricos na região. As próprias negociações entre Israel e as autoridades palestinas em julho de 2000 para as negociações de status final dos

---

<sup>30</sup> De acordo com William L. Cleveland e Martin Bunton (2009), a guerra civil libanesa, que durou de 1975 a 1990, se desenvolveu a partir das mudanças demográficas e políticas que estavam acontecendo no próprio Líbano, mas que foram acentuadas pelo conflito entre Israel e Palestina, o qual afetou diretamente a vida política libanesa.

<sup>31</sup> Os Acordos de Oslo, assinados entre 1993 e 1999, eram baseados na ideia de que as partes – Israel e Palestina – gradualmente desenvolveriam relações de confiança e de resolução de controvérsias (LAMAS, 2004).

<sup>32</sup> Segundo Best et al. (2015), o Hezbollah diz respeito a um grupo islâmico xiita que surgiu no Líbano como uma resposta à invasão israelense de 1982.

<sup>33</sup> Do original: “[...] are based not on primordial hatred but on temporal issues such as territorial concerns, access to waterways, strategic planning and, finally, the personal agendas of politicians”.

Acordos de Oslo contemplaram os aspectos considerados mais contenciosos nos mais de 50 anos de conflito. Entre eles, o direito de retorno dos palestinos refugiados, a questão do controle territorial exercida por Israel e o acesso e controle sobre recursos naturais, principalmente a água, que outra vez foram rejeitadas pelos palestinos em virtude da insistência israelense em controlar todos os aquíferos da Cisjordânia (KAMRAVA, 2005).

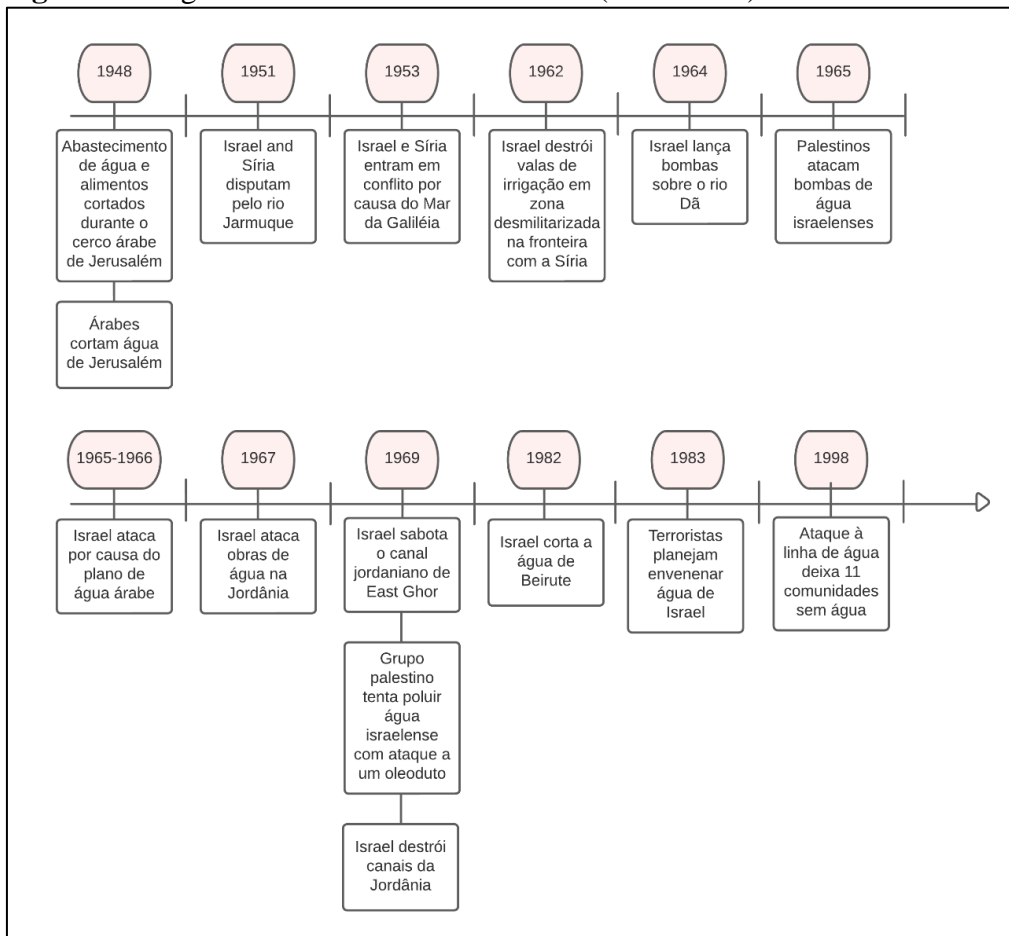
Os conflitos com a Síria nas zonas desmilitarizadas, no começo dos anos 1950, evidenciaram ainda mais a importância dos recursos hídricos na região: ao mesmo tempo em que se identificava o direito à água, ainda mais do que do direito à terra, como uma barreira para a formação de acordos, o líder israelense adotou uma “abordagem intransigente do estabelecimento de defesa, que estava muito mais preocupado em estender o controle de Israel sobre terra e recursos hídricos do que com sua imagem no exterior<sup>34</sup>” (SHLAIM, 2014, p. 191).

Klare (2002) expõe o caráter profundamente emocional ou simbólico que envolvem questões de sobrevivência e de identidade nacional, que passaram a assumir as disputas pela água, ilustrando o caso israelense, em que destaca a conjuntura buscada pelos sionistas que estabeleceram o Estado de Israel. Essa conjuntura foi pautada, não apenas no alvo de encontrar um santuário para os judeus europeus, mas também no reassentamento dos judeus na terra, a fim de restabelecer os laços com o antigo solo de Israel em troca da identidade europeia (KLARE, 2002). Para tal, seria necessário o acesso ao rio Jordão e outras fontes de água para fins de irrigação, ao ver do povo judeu, em vista do aspecto seco e árido do solo israelense, impróprio para uma agricultura intensiva. Como analisa Annika Kramer (2011), o gerenciamento das águas que são compartilhadas por dois ou mais estados requer a integração e o alinhamento dos interesses conflitantes, caso contrário, estes estados poderão se encontrar em uma disputa ou em um conflito violento.

A ferramenta *Water Conflict Chronology*, desenvolvida pelo *Pacific Institute* – que, por a propósito, foi fundado por Peter H. Gleick –, identifica os conflitos pela água ao redor do mundo utilizando três categorias que norteiam a forma do conflito: a) gatilho, quando a água representa a causa ou raiz de um conflito; b) arma, quando água é utilizada como ferramenta em um conflito violento; e c) alvo, quando a água é concebida como uma espécie de vítima no conflito, sendo alvo de violência intencional ou não. Com base nisso, foram identificados no histórico árabe-israelense, desde a consolidação de Israel até 1999, 15 conflitos envolvendo a água, como é visto na Figura 6.

---

<sup>34</sup> Do original: “adopted the uncompromising approach of the defense establishment, which was much more concerned with extending Israel’s control over land and water resources than with its image abroad”.

**Figura 6.** A água no conflito árabe-israelense (1948-1998)

Fonte: Elaboração da autora baseada em *Water Conflict Chronology* (2022, tradução nossa)

Entre os 15 conflitos demonstrados na Figura 6, em 9 a água desempenhou o papel de alvo (os de 1951, 1962, 1964, 1965, 1967 e os dois primeiros de 1969). No conflito de 1964, por exemplo, Israel bombardeou as cabeceiras do rio Dã, maior afluente do Jordão, em uma disputa pela soberania da fonte do rio. Como arma, a água foi utilizada em 5 conflitos (os de 1948, 1951 novamente, 1982 e 1983). No episódio de 1948, o abastecimento de água e alimentos foi cortado durante o cerco árabe de Jerusalém. Em 2 foram identificados como gatilho (1953 e 1965-1966). Em um dos conflitos em que os recursos hídricos foram percebidos como gatilho, o de 1965-1966, se tratou primordialmente pelas águas do rio Jordão. Em 1953, o conflito entre Israel e Síria se desenvolveu por conta do plano israelense *National Water Carrier*, resultando em ações militares sírias ao longo da fronteira. Em outros dois, o de 1964 e 1967, o rio Jordão também está envolto no conflito, porém como um alvo.

O caso do rio Jordão abarca um dos principais exemplos no que tange aos conflitos por recursos naturais. Javier Bordón (2019, p. 2, tradução nossa) enfatiza que a bacia do rio Jordão “constituiu a espinha dorsal física de civilizações há muito desaparecidas e o berço das três religiões monoteístas. É também a história que construiu o significado intersubjetivo da água

no Oriente Médio<sup>35</sup>”. De acordo com Klare (2002), o rio Jordão se origina no Monte Hérmon, no Líbano, a partir de três fontes: os rios Hasbani, Dan e Baniyas, e flui cerca de 40 km abaixo até o lago Tiberíades, também conhecido como Mar da Galileia, sendo a principal fonte de água doce de Israel. Em aproximadamente 9 km abaixo do lago Tiberíades, o rio Jordão se une ao seu principal afluente, o rio Jarmuque (Yarmuk), e continua até chegar no Mar Morto, passando pelos territórios de Israel, Jordânia, Líbano, Síria e Palestina, como é possível ver na Figura 7.

**Figura 7.** Bacia do Rio Jordão



Fonte: UN-ESCWA; BGR (2013, p. 173)

<sup>35</sup> Do original: “has constituted the physical backbone of long-disappeared civilizations and the birthplace to the three monotheistic religions. It is also history what has constructed the intersubjective meaning of water in the Middle East”.

A situação na região se relaciona com o fato de que, mesmo com o baixo índice de acesso à água per capita e com a implantação de tecnologias para a dessalinização, Israel tem ido além dos limites para o uso sustentável dos recursos hídricos. Segundo David B. Brooks, Julie Trottier e Giulia Giordano (2020), a queda dos níveis de água em toda a região decorrente das mudanças climáticas é responsável por gerar uma maior tensão no que diz respeito aos aspectos de quantidade e qualidade da água compartilhada pelos países. Além disso, Bordón (2019) destaca que o controle e monitoramento estabelecidos por Israel dos principais recursos reforça a atual situação, haja vista que o país desempenha um papel decisivo na direção das transferências e alocações da água.

Uma das tentativas de se estabelecer um acordo na região foi o Plano Johnston, de 1955, quando o mediador norte-americano reuniu esforços para que os conflitos pela água não viessem a atrapalhar o combate dos Estados Unidos à dispersão da influência soviética no Oriente Médio (KLARE, 2002):

Sob este plano, a Jordânia teria acesso a parte da água do Lago Tiberíades e controlaria a maior parte do Jarmuque; Israel controlaria o alto Jordão e obteria o direito de desviar a água do lago Tiberíades para as áreas costeiras e o Neguev. Mas justamente quando parecia que um acordo formal era possível, os líderes políticos de ambos os lados recusaram o plano; os árabes não estavam dispostos a assinar qualquer coisa que pudesse ser interpretada como reconhecimento ao Estado de Israel, e os israelenses temiam ceder quaisquer direitos ao lago Tiberíades e ao alto Jordão <sup>36</sup> (KLARE, 2002, p. 167, tradução nossa).

Com a falha do plano, os países começaram a elaborar os seus próprios projetos relacionados aos recursos hídricos. Tendo a intenção de construir o *National Water Carrier* (NWC) – um modo de transportar as águas do rio Jordão para as áreas costeiras e para o Neguev, a Ministra das Relações Exteriores de Israel, Golda Meir, deixou claro que qualquer ação que atrapalhasse o projeto israelense representaria uma ameaça à paz (KLARE, 2002).

Após a guerra de 1967, as disputas pelos recursos hídricos entre Israel e seus vizinhos foram pautadas pelo desvio da água da bacia do rio Jordão e da restrição ao acesso por meio dos territórios ocupados (KRAMER, 2011). Apesar de diversas tentativas de resolução e de negociações acerca do gerenciamento das águas compartilhadas, a posição israelense “concentra-se no controle sobre a água como uma questão de segurança nacional, com Israel

---

<sup>36</sup> Do original: “Under this plan, Jordan would gain access to some of the water in Lake Tiberias and would control most of the Yarmuk; Israel would control the upper Jordan and obtain the right to divert water from Lake Tiberias to coastal areas and the Negev. But just when it seemed that a formal agreement was possible, political leaders on both sides balked at the plan: the Arabs were unwilling to sign anything that might be interpreted as conferring recognition to the State of Israel, and the Israelis were fearful of signing away any rights to Lake Tiberias and the upper Jordan”.



temendo que os palestinos possam usar a água como uma arma estratégica se obtiverem controle sobre os recursos hídricos transfronteiriços<sup>37</sup>” (WEINTHAL; MAREI, 2002 apud KRAMER, 2011, p. 693, tradução nossa). A própria *intifada* palestina de 1987 é considerada por Klare (2002) como um movimento que ganhou forças em virtude da ação do estado judeu que, utilizando a sua autoridade como potência ocupante, impediu o aumento do uso da água dos habitantes da Cisjordânia e desenvolveu um cenário de clara desigualdade com o recebimento de 5 a 8 vezes mais água per capita do que os palestinos.

Nesse sentido, a conjuntura criada na região em torno do rio Jordão englobou muitos dos aspectos considerados na análise da relação entre recursos naturais e conflito e permitiu que sua existência perdurasse até os dias atuais, mesmo que com menor intensidade. A busca por uma solução resultou na criação de organizações e projetos internacionais, como o *EcoPeace Middle East*, mas a reversão completa dessa conjuntura é dificultada pelo histórico extremamente conflituoso e dos níveis ambientais alarmantes na região. As próprias tentativas dos Acordos de Oslo, consideradas falhas por Akbarzadeh e Baxter (2018), em virtude do alto valor que custaria à Palestina a negação da contiguidade territorial. Nesse sentido, os anos seguintes aos Acordos de Oslo, após 2000, continuaram a demonstrar a situação de guerra entre Israel e Palestina, incluindo o fator dos recursos hídricos, como será abordado a seguir.

### 2.3 ANÁLISE DOS CONFLITOS HÍDRICOS ENTRE ISRAEL E PALESTINA (2000-2022)

Apesar do não reconhecimento internacional da Palestina como um Estado soberano, ainda há de se utilizar o termo “conflitos interestatais” para a análise. Mussa B. Qedan (2019) realiza o enquadramento da personalidade jurídica internacional da ANP com base nos requisitos essenciais do Direito Internacional para o reconhecimento estatal. Em síntese, a Autoridade Nacional Palestina é aqui considerada como um Estado soberano em virtude dos aspectos de: a) população palestina permanente, que se localiza principalmente nos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza; b) o território, cuja jurisdição palestina é exercida sobre; c) requisito político de governo, uma vez que a ANP conta com o reconhecimento pela sociedade internacional e dispõe de relações com outros Estados; d) requisito de finalidade, considerando as instituições políticas atreladas à ANP que buscam o atendimento das necessidades dos palestinos; e e) capacidade de se relacionar com outros Estados, a exemplo da sua inclusão na

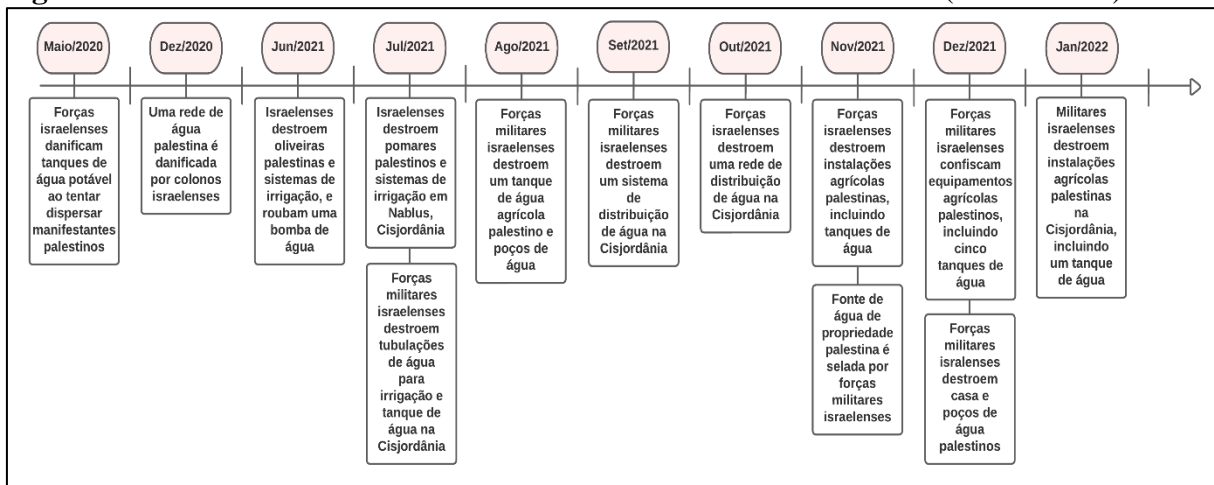
---

<sup>37</sup> Do original: “focuses on control over water as a national security issue, with Israel fearing that the Palestinians could use water as a strategic weapon were they to gain control over transboundary water resources”.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e na Liga dos Países Árabes (QEDAN, 2019).

O *Water Conflict Chronology* também traz dados atuais a respeito do conflito. De acordo com o site, entre 2000 e 2009, quatro episódios foram identificados envolvendo Israel e Palestina. Em dois deles, a água foi utilizada como arma, e nos outros dois como alvo: em 2000, israelenses foram acusados de contaminar campos agrícolas palestinos com esgoto, e em 2007, sanções de Israel contra Gaza causaram escassez de água, caracterizando o uso da água como arma. Também em 2000 e em 2001, ataques de ambos os Estados afetaram o abastecimento de água em cada um dos lados, ocasionando a utilização da água como alvo. Entre 2010 e 2019, 11 conflitos foram identificados. Em 7 deles, a água foi concebida como um alvo, em 3, como arma, e em um, como gatilho. Os episódios mais comuns, relacionados à água como alvo, foram todos referentes a ataques, destruições e danos causados a fontes, canais de abastecimento e tanques de água palestinos. Os conflitos em que a água desempenhou o papel de arma foram: entre 2010 e 2015, quando Israel impediu o abastecimento de água para o novo desenvolvimento da Cisjordânia; em 2019, quando novamente israelenses utilizaram o esgoto para corromper olivais palestinos; e quando Israel cortou o abastecimento de água para cerca de 1.500 palestinos, também em 2019. A partir de 2020, os números continuaram a aumentar. A Figura 8 mostra os mais recentes acontecimentos evidenciados pelo *Water Conflict Chronology*. Desta vez, todos os 13 conflitos estiveram relacionados ao uso da água como alvo.

**Figura 8.** Conflitos entre Israel e Palestina envolvendo recursos hídricos (2020 a 2022)



Fonte: Elaboração da autora baseada em *Water Conflict Chronology* (2022, tradução nossa)

Uma vez apresentado o histórico do conflito árabe-israelense e o enfoque na utilização das águas, é possível analisar os principais elementos do debate acerca da relação entre recursos naturais e conflito que são identificados no estudo de caso do conflito entre Israel e Palestina

atualmente. Primeiramente, o que se observa na característica do recurso natural em questão é que se trata de um recurso não-renovável, compartilhado e escasso. Além disso, as águas do rio Jordão se localizam em zonas fronteiriças com hostilidades preexistentes. Logo, entre as duas vertentes existentes na literatura, isto é, a que trata da abundância dos recursos para o conflito e a que trata da escassez dos recursos, a segunda, representada principalmente por Homer-Dixon (1994) e Klare (2002), se desenvolve de forma mais adequada para analisar o caso de Israel e seus vizinhos árabes, particularmente a Palestina.

Na vertente da escassez, Homer-Dixon (1994) propõe as duas formas de interação entre as fontes, podendo ser identificados os conceitos de captação de recursos ou marginalização ecológica, conforme explanado no capítulo 1. No caso israelense, os aspectos ambientais críticos da região, isto é, a baixa disponibilidade de água na região e o fato do rio Jordão ser compartilhado, sendo a principal fonte de água doce, juntamente com o aumento populacional – principalmente com o retorno dos judeus europeus para o território da Palestina –, resultaram em ações de controle dos recursos por parte de Israel. Isso acarretou o surgimento de uma situação de acesso desigual dos vizinhos árabes, principalmente a Palestina, à água em comparação com o uso dos israelenses e, conseqüentemente, ocasionando o aumento da escassez. Nesse sentido, nota-se a aplicação do esquema de captação de recursos.

No que tange à literatura que trata propriamente dos recursos hídricos na relação com o conflito, é possível identificar que, entre os cinco discursos elaborados por Anthony Turton (1999 apud ALAO, 2007), o caso do conflito israelo-palestino pode ser abordado principalmente no Discurso de Desigualdade Estrutural – que trata da emergência dos conflitos a partir da contestação de uma situação em que há o acesso desigual aos recursos –, a exemplo das *intifadas* palestinas. Porém, em certo nível, o caso também pode se inserir no Discurso Malthusiano, uma vez que nele se encontra o estudo acerca do Índice de Estresse Hídrico utilizado por Gleick (1993) para constatar a existência da chamada vulnerabilidade hídrica.

Ademais, é possível destacar as características consideradas na análise de Gleick (1993) para a utilização da água como uma ferramenta estratégica nos conflitos: 1) o grau de escassez que, conforme demonstrado na Tabela 2, corresponde a um grau crítico para os países da região; 2) até que ponto o recurso hídrico é compartilhado, sendo o rio Jordão compartilhado por cinco povos: Israel, Jordão, Líbano, Síria e Palestina; 3) o poder relativo dos estados envolvidos, considerando que o histórico da região é pautado por conflitos violentos com grandes percas civis e com o envolvimento de armamentos fornecidos por potências bélicas; e 4) a disponibilidade de recorrer a fontes alternativas de água doce, que, no caso de Israel e dos palestinos, depende fundamentalmente das águas do rio Jordão e do lago Tiberíades. Neste

caso, as premissas de Gleick (1993) de que a violência pode surgir até mesmo com a percepção de que outra nação pode ter acesso a um recurso hídrico e utilizá-lo como ferramenta política; e de que o acesso à água em regiões de escassez pode ser compreendido como uma questão de segurança nacional se dialogam com os comportamentos de Israel em virtude do receio em permitir que a Palestina tenha acesso a esses pontos estratégicos, sendo considerado até mesmo uma ameaça à paz, como foi dito pela Ministra Golda Meir.

Dessa forma, as ações de controle e utilização dos recursos hídricos como ferramenta no conflito entre Israel e Palestina resultam também no comprometimento da segurança hídrica que, conforme Grey e Sadoff (2007, apud COOK; BARKER, 2011), é concebida em torno da disponibilidade de água em quantidade e qualidade suficientes para a saúde humana, para os ecossistemas e produção das economias. Portanto, quando se constata a negligência no fornecimento de água para as regiões ocupadas da Palestina, por exemplo, percebe-se o grave comprometimento com a segurança hídrica da região.

Além do prejuízo à segurança hídrica, é possível identificar os elementos que caracterizam a hegemonia hídrica presente no contexto israelo-palestino. Segundo Zeitoun e Warner (2005), o ator hidro hegemônico utiliza estratégias de captura, controle, integração e contenção de recursos e pode assumir um caráter positivo ou negativo. No caso de Israel, as ações de captura dos recursos obtidas através da ocupação de territórios majoritariamente provenientes da guerra de 1967 e o controle dos fluxos e das transferências de água provenientes do rio Jordão configuram o caráter negativo da hegemonia hídrica, uma vez que se constata o aumento da dominação e da desigualdade, e a negação dos direitos e do acesso à água aos estados não hegemônicos, o que resulta em conflito. As ações atuais demonstradas na Figura 8 também evidenciam as tentativas israelenses de impossibilitar o acesso a meios hídricos independentes dos palestinos. Nesse contexto, se insere o traço do autoritarismo evidenciado por Homer-Dixon (1994) como um resultado do estresse ambiental, uma vez que o comportamento israelense passou a deter um caráter autoritário na busca por controle dos recursos do rio Jordão.

A partir das três possíveis situações identificadas por Zeitoun e Warner (2005) no contexto da hegemonia hídrica – controle compartilhado, consolidado ou contestado – identifica-se que, a princípio, a situação do conflito entre Israel e seus vizinhos árabes representava um controle contestado, isto é, uma conjuntura marcada por alto grau de competição. Porém, de 1967 em diante, o controle exercido por Israel se fez consolidado através das estratégias, táticas e dos recursos coercitivos que detalham o processo, como é demonstrado na Figura 3. Entre as estratégias de captura de recursos, contenção e integração, Israel utilizou a captura de recursos,

identificada por Waterbury (1997 apud ZEITON; WARNER, 2005) como a elaboração de projetos sem entendimentos formais que afetam o fluxo ou a qualidade do recurso, a exemplo da construção do *National Water Carrier*. Entre as táticas de coerção, utilitários, acordos normativos e hegemonia ideológica, o controle israelense utilizou a coerção, a qual abarca a força militar, ações secretas e pressão-coerção, a exemplo das próprias operações de ocupação dos territórios nas guerras. Por fim, nos recursos coercitivos que sustentaram as estratégias e táticas de Israel, identifica-se o apoio internacional, uma vez que o estado recebeu fornecimento bélico dos Estados Unidos durante conflitos, e a posição do ribeirão, correspondente à apropriação dos territórios na região do rio Jordão.

Dessa forma, verifica-se que o histórico da relação entre Israel e Palestina em torno do rio Jordão é marcado por conflitos. O aspecto essencial que a bacia do rio Jordão possui na região, somado ao seu caráter transfronteiriço e à escassez hídrica, atenua a tendência de disputas pela água. O conflito atual entre Israel e Palestina evidencia uma crescente tendência do papel da água no conflito. Os dados referentes ao conflito demonstrados pelo *Water Conflict Chronology* demonstram que, no passado, os recursos hídricos eram utilizados como arma e gatilho com maior frequência, proporcionando maiores disputas interestatais pelo controle das águas. Atualmente, porém, percebe-se que o uso da água tem sido atrelado, essencialmente, ao caráter de alvo. Somado ao fator de que quase todos os episódios partiram de ataques israelenses, essa percepção evidencia que as ações de Israel nos recursos hídricos da região se desenvolvem em torno do exercício do controle. Essas ações correspondem à manutenção do poder hegemônico israelense, perpetuando um conflito que, desde a consolidação de Israel, atesta uma conjuntura de vulnerabilidade hídrica e compromete o estabelecimento da segurança hídrica para os povos palestinos.

## CONCLUSÃO

A análise que incorpora os recursos naturais no desenvolvimento de conflitos armados, e do estudo de caso do conflito atual entre Israel e Palestina, demonstrara o argumento central de que o caráter vital da água, assim como a sua percepção como assunto de segurança nacional, confere a ela a característica de grande ferramenta ou alvo de conflitos interestatais, apesar não causar diretamente a insurgência de um conflito. Isso ocorre uma vez que é constatada uma situação de escassez hídrica, causando preocupações estatais e, conseqüentemente, em atos empreendidos pelos estados para se obter acesso ao recurso. A tensão se acentua quando há o compartilhamento das águas, como é o caso de Israel e Palestina.

Em princípio, a revisão da literatura clássica apresentou a relação entre recursos naturais e conflitos, que evoluiu desde a expansão do poder europeu, no século XV, à consideração das disputas por recursos como uma característica da segurança global, no início dos anos 90 (LE BILLON, 2004). Os estudos se alargaram e deram origem a duas vertentes principais que partem da abundância ou da escassez de recursos para a formação de conflitos. A primeira foi representada principalmente por Le Billon (2004) e Auty (2004), e a segunda por Homer-Dixon (1994) e Klare (2002). Em seguida, foi aprofundado o estudo dos conflitos pela água, elencando os dados que evidenciam a situação de vulnerabilidade hídrica – principalmente na região do Oriente Médio – e que se opõem a um estado de segurança hídrica. Esses elementos são importantes à medida que são diretamente afetados pelas disputas por água, uma vez que ela pode ser um alvo de ataques ou de conquista entre atores estatais. Além disso, foi exposto que, quando há a incidência de um conflito por recursos hídricos, há a possibilidade de evolução para uma situação de hegemonia hídrica. Essa situação engloba uma série de ações que o ator hegemônico empreende, utilizando os recursos para se manter no poder.

A partir do exposto, o estudo de caso do conflito demonstrou os principais aspectos que compõem a análise dos conflitos por água. Primeiramente, constatou-se que a água esteve presente nos principais conflitos entre Israel e seus vizinhos árabes, uma vez que o acesso a esse recurso era visto como fundamental para a região árida e de extrema escassez. Ao mesmo tempo, a utilização das águas do rio Jordão como ferramenta de guerra afetou a segurança hídrica dos povos que dependiam da disponibilidade de água fornecida por Israel. Este fator implicou no assentamento de Israel como ator hegemônico, na medida em que passou a exercer controle sobre grande parte dos recursos hídricos da região. Até os dias atuais, Israel empreende ações de controle e captura das águas para se manter no poder com relação aos palestinos,

atacando fontes de propriedade de palestinos, disponibilizando níveis de água muito menores do que o mínimo considerado essencial para a vida.

As limitações para a pesquisa envolveram, principalmente, a falta de bibliografia atualizada que trate da relação entre recursos naturais e conflitos armados. A maioria dos autores utilizados para a revisão da literatura do primeiro capítulo foram publicados entre 1993 e 2011. Por isso, é importante a realização constante de novos estudos acerca do tema, uma vez que a agenda de segurança internacional continua a se expandir. Além disso, esta análise pode aplicada a outros estudos de caso, como o do rio Nilo, no Egito, ou dos rios Tigres e Eufrates, na Turquia.

Voltando à relevância inicialmente atribuída a este trabalho, também há a possibilidade de se utilizar dos estudos de futuro para a construção de cenários prospectivos no que tange à possíveis guerras pela água. Em vista do Brasil ser o país com maior disponibilidade de água doce no mundo, por exemplo, é possível elencar os fatores de abundância de recursos para verificar se, futuramente, uma situação de guerra pelas águas brasileiras pode ser enfrentada.

## REFERÊNCIAS

AKBARZADEH, Shahram; BAXTER, Kylie. **Middle East Politics and International Relations**. New York: Routledge, 2018.

ALAO, Abiodun. **Natural Resources and Conflict in Africa: The Tragedy of Endowment**. Rochester: University of Rochester Press, 2007.

AUTY, Richard. Natural Resources and Civil Strife: A Two-Stage Process. **Geopolitics**, v. 9, n. 1, p. 29-49, 2004.

BEST, Antony; HANHIMÄKI, Jussi M.; MAIOLO, Joseph A; SCHULZE, Kirsten E. **International History of the Twentieth Century and Beyond**. New York: Routledge, 2015.

BORDÓN, Javier. Conflict and Cooperation at the Jordan River basin system: A Geopolitical Glance on the Jordanian Side. **Revista IEEE**, Madrid, 25 abr. 2019. Disponível em: [https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs\\_opinion/2019/DIEEEO34\\_2019JAVBOR-Jordan\\_ENG.pdf](https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2019/DIEEEO34_2019JAVBOR-Jordan_ENG.pdf). Acesso em: 19 mai. 2022.

BROOKS, David; TROTTIER, Julie; GIORDANO, Giulia. **Transboundary Water Issues in Israel, Palestine and the Jordan River Basin: An Overview**. Singapore: Springer, 2020.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CLEVELAND, William L; BUNTON, Martin. **A History of the Modern Middle East**. Boulder: Westview Press, 2009.

COOK, Christina; BAKKER, Karen. Water security: Debating an emergin paradigm. **Global Environmental Change**, v. 22, n. 1, p. 94-102, 2011.

EVEDOVE, Leonardo Ulian Dall. Recursos Naturais e Conflitos Armados. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 23, n. 1, 2014, p. 11-23. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3752>. Acesso em: 23 mar. 2022.

GERRING, John. What Is a Case Study and What Is It Good for? **American Political Science Review**, v. 98, n. 2, p. 341-354, 2004.

GLEICK, Peter H. Water and Conflict: Fesh Water Resources and International Security. **International Security**, v. 18, n. 1, p. 79-112, 1999.

GRIFFITHS, Martin; O'CALLAGHAN, Terry. **International Relations: The Key Concepts**. New York: Routledge, 2002.

HANNESSON, Rögnvaldur. "Exclusive Economic Zone". In: SHOGREN, Jason F. (ed.). **Encyclopedia of Energy, Natural Resource, and Environmental Economics**, Laramie: Elsevier Science, 2013, p. 150-153.



HOMER-DIXON, Thomas F. Environmental Scarcities and Violent Conflict. **International Security**, v. 19, n. 1, p. 5-40, 1994.

Instituto de Heidelberg de Pesquisa Internacional de Conflitos. **Barômetro de Conflitos**. Heidelberg: HIIK, 2013. Disponível em: <http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

KAMRAVA, Mehran. **The Modern Middle East**. London: University of California Press, 2005.

KLARE, Michael T. **Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict**. New York: Old Books, 2002.

KRAMER, Annika. Challenges to water cooperation in the lower Jordan River Basin. In: GRAFTON, R. Quentin; HUSSEY, Karen. **Water Resources Planning and Management**. New York: Cambridge University, 2011. P. 686-704.

LAMAS, Bárbara G. Palestina e Israel: Acordos de Oslo, Camp David II e Mapa da Paz. **Conjuntura Internacional**, PUC Minas, 17 nov. 2004.

LE BILLON, Philippe. The Geopolitical Economy of ‘Resource Wars’. **Geopolitics**, v. 9, n. 1, p. 1-28, 2004.

MACEDO, Marcelle Christine Bessa de. A Exploração de Coltan e os Conflitos no Leste da República Democrática do Congo. **NEIBA**, v. 5, p. 1-12, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/download/28072/20396>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MILDNER, Stormy-Annika; WODNI, Wiebke; LAUSTER, Gitta. Scarcity and Abundance Revisited: A Literature Review on Natural Resources and Conflict. **International Journal of Conflict and Violence**, v. 5, n. 1, p. 155-172, 2011. Disponível em: <https://www.ijcv.org/index.php/ijcv/issue/view/243/107>. Acesso em: 28 abr. 2022.

QEDAN, Mussa B. **O Reconhecimento da Autoridade Nacional Palestina como Estado Soberano**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Escola de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. Disponível em: [https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2019/09/mussa\\_qedan.pdf](https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2019/09/mussa_qedan.pdf). Acesso em: 27 mai. 2022.

RASMUSSEN, Mattias Borg; LUND, Christian. Frontier Spaces: Territorialization and Resource Control. **Policy Briefs (Copenhagen Centre for Development Research)**, n. 01, p. 1-3, 2018. Acesso em: 27 abr. 2022.

SHLAIM, Avi. **The Iron Wall: Israel and the Arab World**. London: W. W. Norton & Company, 2014.

SMITH, Charles. “The Arab-Israeli Conflict”. In: FAWCETT, Louise. **International Relations of the Middle East**. 4. ed. Oxford: Oxford University, 2016. p. 260-284.

UN-ESCWA; BRG. **Inventory of Shared Water Resources in Western Asia**, 2013. Disponível em: <https://waterinventory.org/sites/waterinventory.org/files/chapters/chapter-06-jordan-river-basin-web.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

WATER CONFLICT CHRONOLOGY. Disponível em: <https://www.worldwater.org/conflict/map/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

WILNER, Alexandre S. The Environment-Conflict Nexus: Developing Consensus on Theory and Methodology. **International Journal**, v. 62, n. 1, p.169-188, 2006/2007. Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/40204253?seq=1&cid=pdf-reference#references\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/40204253?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents). Acesso em: 30 abr. 2022.

WORLD BANK. Disponível em: <http://www.worldbank.org/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ZEITOUN, Mark; WARNER, Jeroen. Hydro-hegemony: a framework for analysis of trans-boundary water conflicts. **Water Policy**, n. 5, v. 8, p. 435-460, 2006.

**RESOLUÇÃO n° 038/2020 – CEPE**

**ANEXO I**  
**APÊNDICE ao TCC**

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Gabriela Luiza Simões de Medeiros do Curso de Relações Internacionais matrícula 2018.2.0043.0002-5 telefone: 62 9 9834-6607 e-mail galuiza2000@hotmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Recursos Naturais, Conflitos Armados E Hegemonia: A Questão Hídrica No Conflito Israelo-Palestino (2000-2022), gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 22 de dezembro de 2021.

Assinatura do(s) autor(es): Gabriela Luiza S. de Medeiros

Nome completo do(s) autor(es): Gabriela Luiza Simões de Medeiros

Assinatura do professor-orientador: \_\_\_\_\_

Nome completo do professor-orientador: \_\_\_\_\_